



PREFEITURA DE
QUIXADÁ

Primeira Infância

PLANO MUNICIPAL





SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO	11
Toponímia.....	11
História	12
Geografia - Relevo e solos.....	13
Hidrografia e recursos hídricos.....	14
Clima.....	14
Vegetação	14
Unidades de Conservação Ambiental.....	15
Estrutura demográfica.....	15
Dinâmica do crescimento	15
Política	16
Estrutura administrativa.....	16
Divisões administrativas.....	17
Economia	18
Comércio.....	18
Pecuária.....	18
Avicultura	19
Indústria	19
Turismo.....	19
Atrações turísticas.....	20
Ensino Fundamental e Médio	20



PREFEITURA DE
QUIXADÁ

Plano Municipal da Primeira Infância - PMPI

Ensino superior	21
ANALISE DO DIAGNÓSTICO.....	22
MARCO LEGAL – PRIMEIRA INFÂNCIA.....	23
JUSTIFICATIVA.....	25
PRESSUPOSTOS E DIRETRIZES TÉCNICAS	26
METAS E AÇÕES.....	29
ORÇAMENTO - PRIMEIRA INFÂNCIA	44
AGRADECIMENTOS	45
CONCLUSÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	45
REFERÊNCIA	48
Anexos.....	51
Educação Infantil	52
Saúde.....	53
Assistência Social	54
Criança Cidade – Espaço e Meio Ambiente	55



PREFEITURA DE
QUIXADÁ

Plano Municipal da Primeira Infância - PMPI

Ricardo José Araújo Silveira
Prefeito Municipal de Quixadá – Ceará

Izaura Gomes do Nascimento de Oliveira
Secretária Municipal de assistência Social de Quixadá

Veruzia Jardim de Queiroz
Secretária Municipal de Educação de Quixadá

Lady Diana Arruda Mota
Secretária Municipal de Saúde de Quixadá



O que é bom para as crianças?

Parque, escorregador, balanço, gangorra, gira-gira, palhaços, brincadeiras, piquenique, casinha, mercadinho, feira...

Tem que ter arte, arte moderna, bonita. Para algo ser

bonito: arte bonita, frutas, flores, vasos, árvores,

lâmpadas... Atividades? Figurinha, leitura...

João Eduardo - 6 anos

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO

Secretária Municipal de assistência Social de Quixadá: Isaura Gomes do Nascimento de Oliveira

Secretária Municipal de Educação de Quixadá: Veruzia Jardim de Queiroz

Secretária Municipal de Saúde de Quixadá: Lady Diana Arruda Mota

Técnicos da Gestão: Weyber Queiroz Lima

Coordenadora da Vigilância Socioassistencial: Laís Carvalho Cunha

Coordenador Cadastro Único: Marcos Barrozo Maciel

Coordenadora do CRAS Renascer: Luna Martins de Moraes

Supervisor do Programa Criança Feliz: Claudevan Luciano da Silva

Coordenadora do SAD: Felizabela Salvino Pereira

Coordenadora da Educação Infantil: Manuela Pinheiro de Lima

APRESENTAÇÃO

O Plano Municipal pela Primeira Infância de Quixadá 2022-2031 é um documento que estabelece Diretrizes Gerais, Eixos Prioritários, Metas e Estratégias para o município a curto, médio e longo prazo, construindo pelo comitê municipal com fundamento nas ações elaboradas e na participação dos encontros regionais orientados pelo Comitê Estadual, o presente plano colima a promoção dos direitos das crianças proclamados pela Constituição federal, Estatuto da Criança e Adolescente e Plano Nacional pela Primeira Infância, com base nas leis setoriais da Educação, da Saúde, da Assistência, da Cultura, dos direitos da Criança e do adolescente, da Convivência familiar e comunitária, com vigência até 2031. Este documento, além de buscar garantir os direitos essenciais preconizados pela legislação nacional, visa também contribuir com o alcance dos compromissos internacionais dos quais o país é signatário, expressos pelos documentos: A Convenção dos Direitos da Criança e Os Objetivos do Milênio, a partir da articulação com os planos municipais de Educação, Saúde e Assistência. O PMPI de Quixadá apresenta 5 Eixos prioritários. Em cada eixo há uma breve contextualização tendo em vista as ações finalísticas do PNPI e dos direitos da criança afirmados pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Eixos Prioritários:

- Crianças com Saúde com foco nas práticas ampliadas para pré-natal, puerpério, puericultura, parto humanizado, amamentação;
- Assistência Social estruturado com estratégias para o atendimento a assistência social às crianças e suas famílias, acesso ao documento de cidadania para todas as crianças, atenção à criança em situação de vulnerabilidade com destaque para o acolhimento institucional, família acolhedora e adoção e para o enfrentando as violências contra as crianças;
- Educação Infantil abordando o atendimento a criança na creche e na pré-escola;
- Proteção à Criança com vistas ao direito de brincar, a proteção contra acidentes, atenção a criança negras e quilombolas e atenção às crianças com deficiência;

- A Criança e o Espaço contemplando acessibilidade, segurança, garantiam de espaços e equipamentos que estimulem o lazer criativo.

As discussões para a elaboração do PMPI de Quixadá tiveram início em 2021 com o desejo, da atual gestão, de implantação de uma política pública municipal voltada para o desenvolvimento da Primeira Infância, assim sendo, deu-se início ao processo de construção de forma participativa social e politicamente, a luz da diretriz constitucional expressa § 7º do art. 22, de “participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle de ações em todos os níveis” – com destaque para a participação da Comissão Técnica e, em seguida, apresentado e debatido junto à sociedade quixadaense, objetivando complementações e ajustes necessários para seu encaminhamento ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e posterior envio para apreciação e aprovação na Câmara Legislativa Municipal de Quixadá.

INTRODUÇÃO

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (CF Art. 227).

Um dos aspectos mais relevantes para uma sociedade democrática refere-se ao entendimento da importância de se ter indicadores sólidos e de fontes consistentes de informações para a formulação e implementação de políticas públicas que de fato sejam eficientes. Neste sentido, a elaboração do Plano Municipal da primeira infância de Quixadá ao colocar a criança, mesmo antes do nascimento, no centro da gestão pública contribui para o levantamento e acolhimento das demandas do público infantil. O PMPI foi construído com informações de fontes consolidadas e respeitadas pela sociedade brasileira. A SDS, contribuiu no processo de elaboração do diagnóstico da primeira infância, em conjunto com outros profissionais do Comitê. As discussões sobre os dados foram sendo incorporadas às análises e textos de cada eixo do Plano.

Nos últimos anos, em nível mundial, foram realizados progressos e decisões políticas transcendentais em matéria legislativa sobre proteção, cuidado e educação das crianças na Primeira Infância. Estes demonstram avanços sintonizados com as novas evidências científicas sobre o desenvolvimento humano, a importância da atenção e educação de qualidade na Primeira Infância e a aplicação da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (CDC, 1989). Esta realidade reflete que se adotaram e se atualizaram normas e regulações de grande impacto em benefício da primeira infância, ainda que persista o desafio em relação à etapa que vai desde a gestação até os dois anos de idade, ou os 1000 primeiros dias de vida do ser humano, que, como demonstram as pesquisas, é o período mais determinante no desenvolvimento humano. As experiências

vividas nestes mil primeiros dias formam a base da aprendizagem socioemocional, cognitiva e física, que assegura o êxito futuro na sociedade e durante a escolarização.

Neste contexto, existem países cujos governantes têm a firme convicção de que se deve garantir a formulação de políticas baseadas em evidências. Por isso, as decisões que adotaram nos trazem lições que podem servir de referência aos países da América Latina e do Caribe em matéria de legislação, políticas, programas e serviços para a atenção e educação de qualidade da primeira infância.

A conjuntura para compartilhar e refletir sobre estes temas coincide com a oportunidade que o Governo brasileiro nos oferece de refletir acerca do Marco Legal das Políticas Públicas sobre a Primeira Infância, que tem essa mesma intencionalidade.

Assim, em Quixadá ainda há muito por ser feito com foco na primeira infância. Que cenário desejamos daqui a 10 anos? Como queremos que as nossas crianças vivam no futuro? O que precisamos fazer? Quais ações precisam ser implementadas? Diante desse desafio, considerando os eixos de trabalho da Primeira Infância e as ações finalísticas do PNPI, tomando ainda por base o “Guia para a Elaboração de Planos Municipais pela Primeira Infância”, publicação Unicef, foi elaborado o PLANO MUNICIPAL PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA DE QUIXADÁ - 2021 a 2031, pensado e discutido por uma comissão composta por diversos representantes do poder municipal e Sistema de Garantia de Direitos, elegendo as ações finalísticas, priorizando a elaboração de propostas, num horizonte decenal, visando conversão dessas em políticas públicas de ação específica para o desenvolvimento da primeira infância do município de Quixadá. Logo este plano é destinado à promoção do desenvolvimento da Primeira Infância, posto que, é a fase do desenvolvimento humano na qual se formam com mais celeridade e consistência as sinapses cerebrais, definindo o desenvolvimento das capacidades físicas, cognitiva, motora, emocional e de interação social das crianças pequenas (PNPI, 2010). Evidenciamos que as crianças de hoje, daqui a 10 anos serão adolescentes ou jovens e que esses adolescentes e jovens se tornarão os adultos/pais/trabalhadores que farão parte da nossa sociedade, ajudando a conduzi-la para uma nova ordem social.

Vale salientar que as escolhas feitas e ações empreendidas durante o período da Primeira Infância afetam, não só a maneira de como uma criança se desenvolve, mas a maneira como um País, um Estado, uma Cidade progride.

CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

Quixadá é um município brasileiro do estado do Ceará, pertence a Mesorregião dos Sertões Cearenses e à microrregião do Sertão de Quixeramobim. É a décima cidade mais populosa do Ceará e a maior do sertão central, com uma população de 84 684 habitantes. Possui uma área de 2.019,833 km² e uma densidade demográfica de 39,91 hab/km². O município possui o 17º maior PIB do estado, maior renda per capita e melhor IDH da Mesorregião dos Sertões Cearenses. Na década de 1960 e 1970 o município esteve na lista das 100 cidades mais populosas do Brasil.

A cidade é conhecida como cidade universitária do sertão central, no ano de 2014 consta com seis instituições de ensino superior, públicas e privadas. Entre elas campus da Universidade Federal do Ceará e Universidade Estadual do Ceará.

O município é sede da Diocese de Quixadá, criada pela bula pontifícia do Papa Paulo VI sendo desmembrada da Arquidiocese de Fortaleza.

Uma de suas características mais marcantes são formações rochosas, os monólitos, nos mais diversos formatos que "quebram" a aparente monotonia da paisagem sertaneja. É também conhecida por ser a terra de escritores como Jäder de Carvalho e Rachel de Queiroz que, apesar de ter nascido em Fortaleza, a capital do Ceará, possuía uma relação muito forte com a cidade, visitando-a constantemente, quando se hospedava em sua Fazenda Não Me Deixes, que herdou de seu pai, Daniel de Queiroz.

Toponímia

Apenas uma definição é consenso quanto à origem do nome Quixadá. É uma palavra derivada de alguma das línguas indígenas faladas no território cearense antes do

descobrimento. Exceto isto, há grandes controvérsias. Em alguns documentos antigos figura como Queixadá, Quixedá, Quixedæ e Quixadæ. Para Paulino Nogueira, em seu livro *Vocabulário Indígena em Uso na Província do Ceará* (1887), presume que o nome vem da tribo Tapuia dos Quixaras, também conhecida com Quixadás. Segundo Carl von Martius, é derivada de Quixeurá, que significa "Oh! Eu sou o Senhor, Qui = oh, Xé = eu e Uará = senhor, tendo-se corrompido em Quixadá.

Para Teodoro Sampaio, em seu livro *O Tupi na Geografia Nacional*, disse que a palavra pertence a língua cariri e que, por não haver qualquer registros, não é possível afirmar significado exato. Thomaz Pompeu Sobrinho atribuiu, em princípio, a esse topônimo a origem tupi como Quichaitá, com a seguinte interpretação: Qui = ponta, Chai = gancho ou torcida e Ita = pedra, donde se conclui: pedra da ponta encurvada ou torcida. Essas interpretações estão relacionadas à paisagem quixadaense onde existem pedras singulares como por exemplo, a "Galinha Choca", conhecida anteriormente como "Bico de Arara", além disso, segundo o autor, também pode ser a corruptela da palavra queixada ou quintal de rocha. Eusébio de Sousa também diz ser o vocábulo de origem tupi-guarani que significa pedra da ponta curvada. Os antigos habitantes falavam em Curral de Pedra, haja vista a localização da cidade que de fato, está cercada de pedras.

História

Originalmente, a região foi habitada pelos índios Kanindé e Jenipapo pertencentes ao grupo dos Tapuias, resistindo à invasão portuguesa no início do século XVII, sendo "pacificados" em 1705, quando Manuel Gomes de Oliveira e André Moreira Barros ocuparam as terras quixadaenses. Estes grupos indígenas resistiram até 1760, pois os conflitos entre índios e colonos, ocasionados pelo desenvolvimento da pecuária desde 1705, praticamente extinguíram essas tribos.

A colonização da área compreendida atualmente pelo município de Quixadá ocorreu através da penetração pelo rio Jaguaribe, seguindo seu afluente o rio Banabuiú e depois o rio Sitiá, cujo objetivo principal era a conquista de terras para a pecuária de corte e leiteira.

A primeira escritura pública da região foi a do Mosteiro Beneditino, hoje Casa de Repouso São José, na Serra do Estêvão, onde hoje é o distrito de Dom Maurício, em 1641. Manuel da Silva Lima, alegando ter descoberto dois olhos d'água, obteve uma sesmaria. Essas terras, inicialmente de Carlos Azevedo, eram o "Sítio Quixedá" adquirido por compra conforme escritura de 18 de dezembro de 1728.

Em seguida, a propriedade foi vendida a José de Barros Ferreira em 1747 por duzentos e cinquenta mil réis. Oito anos depois, José de Barros, construiu casas de morada, capela e curral, lançando assim as bases da atual cidade de Quixadá, sendo considerado, portanto, o legítimo fundador da cidade. A fazenda prosperou e se transformou em distrito do município de Quixeramobim.

A partir do século XIX, com a instalação da estrada de ferro que ligava o Cariri à Fortaleza ocorreu forte urbanização do município. Esta também foi fortemente influenciada pela produção de algodão exportado para a Inglaterra, que nesta época vivia a Revolução Industrial. A Freguesia de Quixadá foi criada pela Lei provincial n.º 1.305, de 5 de novembro de 1869. Em 27 de outubro de 1870 a Lei provincial n.º 1.347 criou o Município de Quixadá desmembrando-o de Quixeramobim e sendo elevado à categoria de vila.

Com o projeto e a construção do Açude do Cedro, a vila passa a receber ainda mais imigrantes vindo de diversas regiões (estimados em 30.000), além dessas diversas estradas foram construídas. Este processo acelera a urbanização, fazendo com que em 17 de agosto de 1889 a vila recebesse foros de cidade pela Lei provincial n.º 2.166.

Desta sua emancipação até hoje, teve cinquenta e três governos municipais, sendo o fazendeiro Laurentino Belmonte de Queiroz, o primeiro prefeito no período de 1871 a 1873.

Geografia - Relevo e solos

A maior parte do território faz parte das depressões sertanejas com maciços residuais, como a serra do Estêvão. Notabiliza-se também pela geografia rica em

inselbergs, ou monólitos (formações rochosas isoladas na paisagem), que dominam boa parte da área do município, dos quais o mais famoso é a "Pedra da Galinha Choca", que tem este nome por conta do curioso formato.

Os solos são pouco profundos em sua maior parte e têm como principal característica encharcar na estação chuvosa e ressecar facilmente nos períodos de estiagem. Os lençóis de água são geralmente salinizados devido as características geológicas da região.

Hidrografia e recursos hídricos

Quixadá está localizado em sua maior parte na bacia hidrográfica do rio Sitiá. Uma outra parte do seu território está na nas bacias de dois outros rios: o rio Piranji e o rio Choró.

O município conta com uma grande quantidade de pequenos reservatórios que estão espalhados em todo o território. No entanto, possui dois grandes reservatórios, ambos localizados no leito rio Sitiá, são os açudes do Cedro, com capacidade de 126.000.000 m³, e o Açude Pedras Brancas, com capacidade de 434.049.000 m³.

Clima

O clima é tropical quente semiárido. A temperatura média anual é de 30°C, com pluviometria média anual de 818 mm com chuvas concentradas de fevereiro a abril.

Além disso, destacam-se os elevados índices de evaporação e evapotranspiração durante todo o ano aliada à irregularidade do regime de chuvas. A região de Quixadá está sujeita à ocorrência de secas severas.

Vegetação

A vegetação característica da maior parte do município é a caatinga arbustiva densa ou aberta, caracterizada pela presença de cactos e vegetação rasteira com árvores baixas e cheias de espinho. Nas áreas mais elevadas da serra do Estêvão ocorre a floresta

caducifólia espinhosa, ou caatinga arbórea. Sua cobertura vegetal tem sofrido grande intervenção, através de desmatamentos e queimadas com o objetivo de preparar o solo para a agricultura e a pecuária extensiva, além da extração de ilegal madeira para lenha e carvoarias.

Unidades de Conservação Ambiental

- Monumento Natural dos Monólitos de Quixadá com área de 16.635,59 ha criado pelo decreto N° 26/805 de 31 de Outubro de 2002.
- Reserva Particular do patrimônio Natural Fazenda Não Me Deixes com área de 300 hectares criado pela portaria N° 148/98 do IBAMA em 5 de novembro de 1998.

Demografia

Estrutura demográfica

Sua população é predominantemente urbana (Segundo o censo 2000 do IBGE a taxa de urbanização era de 67,3%) e feminina (50,3% do total).

Dinâmica do crescimento

Quixadá pode ser considerado um município de porte médio em função da sua população de 87.728 habitantes (2021), o que representa 0,93% da população do estado. Seu crescimento demográfico anual é de 0,5% (2006-2007), no entanto, quando a população atual é confrontada com os dados dos censos de 1970 (98.509 habitantes) e de 1991 (72.292 habitantes) e das estimativas para 1996 (64.442 habitantes) observa-se o declínio da população. Isto se deve, basicamente, ao desmembramento dos distritos de Banabuiú e Ibaretama em 1988 e de Choró em 1993.

Administração pública e estrutura urbana

Política

De acordo com a Constituição de 1988, Quixadá está localizada em uma república federativa presidencialista. Foi inspirada no modelo estadunidense, no entanto, o sistema legal brasileiro segue a tradição romano-germânica do Direito positivo. A administração municipal se dá pelo poder executivo e pelo poder legislativo.

Antes de 1930 os municípios eram dirigidos pelos presidentes das câmaras municipais, também chamados de agentes executivos ou intendentes. Somente após a Revolução de 1930 é que foram separados os poderes municipais em executivo e legislativo. Portanto, no momento da emancipação, não havia o cargo de prefeito. A administração municipal era exercida pelo presidente da Câmara Municipal e algumas vezes num colegiado de vereadores tendo o presidente à frente. Deste modo, Laurentino Belmonte de Queiroz tornou-se o primeiro chefe do executivo municipal, cargo que ocupou até 19 de maio de 1873, quando a nova Câmara de Vereadores do Município foi empossada. Atualmente, o poder executivo municipal encontra-se sobre a responsabilidade do prefeito Ricardo Silveira, dividido da seguinte forma:

Estrutura administrativa

- Executivo

A pasta da Prefeitura Municipal de Quixadá de 2021 a 2024 é composta por:

- Assessoria Especial de Planejamento e Política Institucional
- Chefia de Gabinete
- Controladoria Geral do Município
- Coordenadoria de Políticas para Mulheres
- Departamento Municipal de Administração de Bens e Serviços Públicos
- Departamento Municipal de Trânsito
- Fundação Cultural de Quixadá
- Fundação de Geração de Emprego, Renda e Habitação Popular

- Instituto de Previdência Municipal de Quixadá
- Procuradoria Geral do Município
- Secretaria da Administração
- Secretaria da Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural
- Secretaria da Educação
- Secretaria da Participação Popular, Esporte e Juventude
- Secretaria da Saúde
- Secretaria do Desenvolvimento Econômico e turismo
- Secretaria do Desenvolvimento Social
- Secretaria do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente
- Secretaria do Planejamento e Finanças

- Legislativo

A Câmara Municipal é composta por 17 vereadores desde o início da legislatura de 2021, anteriormente eram 21.

- Judiciário

O município é sede da:

- 23ª Vara da Justiça Federal
- Tribunal Regional Eleitoral – 6º ZONA
- Tribunal Regional do Trabalho
- Fórum Desembargador Avelar Rocha

Divisões administrativas

O município está dividido em 13 unidades, a Sede e mais 12 distritos: Califórnia, Cipó dos Anjos, Custódio, Daniel de Queiroz, Dom Maurício, Juá, Juatama, Riacho Verde, São Bernardo, São João dos Queiroz, Tapuiará e Várzea da Onça.

Economia

Quixadá é um dos centros comerciais mais expressivos do Ceará, para onde afluem as comunidades das cidades vizinhas. A maior fonte de empregabilidade é a administração pública, com mais de 2 mil funcionários. As principais atividades econômicas estão relacionadas à prestação de serviços e ao comércio. Em seguida vem a avicultura e a ovino caprinocultura.

Comércio

A economia de Quixadá depende principalmente no setor terciário (comércio e serviços) que é responsável por mais de 70% do PIB municipal além de ocupar aproximadamente 59% da população economicamente ativa (deste montante, 51% são trabalhadores autônomos, do chamado setor informal). O comércio do município está concentrado no Centro da cidade onde recebe semanalmente centenas de moradores das áreas rurais e de municípios vizinhos como Choró, Banabuiú, Ibicuitinga e Ibaretama.

Dentre as empresas deste setor, destacam-se os atacadistas que abastecem os pequenos estabelecimentos comerciais dos distritos e dos municípios vizinhos. Os estabelecimentos de comércio varejista estão voltados, basicamente, para os moradores da cidade e da zona rural.

Outra importante atividade para o comércio municipal é a realização de feiras que ocorrem em dias específicos. Às quintas-feiras, ocorre a feira de animais no Parque de Exposição no bairro do Campo Novo, às sextas-feiras, de frutas nas proximidades do Terminal Rodoviário, e diariamente de frutas e utilidades domésticas, na rua Dr. Eudásio Barroso nas proximidades da Câmara Municipal.

Pecuária

Representada principalmente pela avicultura, bovinocultura leiteira, ovinocultura e caprinocultura. O ovino caprinocultura local está associada à presença de agentes expressivos na região, como, por exemplo, a Associação de Criadores de Caprinos e

Ovinos do Estado do Ceará (Acocece), composta pelos médios e grandes produtores, um frigorífico com tecnologia para beneficiar a carne dos ovinos e caprinos e ainda aspectos climáticos da região. A Expocece, tradicional feira de caprinos e ovinos, é considerada uma das maiores do Ceará e uma das mais importantes do Nordeste, movimentando no ano de 2009, volume superior a R\$ 1 milhão somente nas vendas do leilão. Além disso, o evento envolve toda a cadeia produtiva caprina e ovina da região.

Avicultura

A avicultura, juntamente com o comércio, é o principal setor da economia quixadaense. São quatro granjas de grande e médio porte: Granja Feliana Ltda, Granja Abrigo Ltda, Quixadá Alimentos Avícolas Ltda (QUIAVE) e Carneiro Avícola Ltda (CARVIL). A produção é de cerca 80 mil frangos por semana, movimentando em torno de 1 milhão e 200 mil reais por mês. São gerados 400 empregos diretos e aproximadamente 2 mil indiretos. A CARVIL é a única que também produz ovos, 90 mil unidades por dia. A produção é voltada para o consumo em todo o estado do Ceará e também Piauí e Maranhão.

Indústria

O município possui pequenas indústrias alimentícias, tecelagens e calçadistas. Entre as grandes instalações industriais existe uma fábrica de calçados além de uma usina de biodiesel (com previsão de início de operações em agosto de 2008) com capacidade 157 mil litros/dia, ou 57 milhões litros/ano localizada no distrito de Juatama.

Turismo

Embora pouco explorado, o município apresenta grande potencial turístico, especialmente para o ecoturismo devido à beleza de suas paisagens, além para a prática de esportes radicais como voo livre(parapente e asa-delta), off-road, trekking, orientação, montanhismo e rapel.

Atrações turísticas

- Açude do Cedro
- Pedra da Galinha Choca
- Santuário N. Sra. Imaculada Rainha do Sertão
- Chale da Pedra
- Lagoa dos Monólitos
- Morro do Urucu
- Pedra do Cruzeiro
- Serra do Estevão
- Trilha da Barriguda
- Trilha do Olho d'Água
- Trilha do Boqueirão
- Trilha Cabeça do Gigante
- Fazenda Magé
- Museu Jacinto de Sousa
- Fazenda Não Me Deixes
- Hotel Vale das Pedras
- Hotel Pedra dos Ventos

Educação

Ensino Fundamental e Médio

Em 2023 o município possuía 04 creches públicas e 14 privadas, escolas possuía 33 escolas, de ensino fundamental que oferta educação infantil possuía 14, centros educação infantil-CEI possuía 15, instituição de atendimento integral – crianças bem pequenas possuía 05 e crianças pequenas possuía 04, e ensino médio possuía 09, sendo 01 CEJA, 02 particulares, 01 profissionais, 03 regulares e 02 em tempo integral.

Ensino superior

O município possui 11 (onze) instituições de ensino superior e uma de ensino técnico. São elas:

- Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central (Unidade acadêmica da UECE), que oferece os cursos de licenciaturas em Ciências Biológicas, Física, História, Letras, Matemática, Pedagogia e Química.
- Centro Universitário Católica de Quixadá – UNICATOLICA, que oferece os cursos de Administração, Arquitetura e Urbanismo, Biomedicina, Ciências Contábeis, Direito, Educação Física, Enfermagem, Engenharia de Produção, Engenharia Mecânica, Engenharia Mecatrônica, Farmácia, Filosofia, Fisioterapia, Odontologia, Psicologia, Sistemas de informação e Teologia.
- Campus avançado da Universidade Federal do Ceará (Unidade acadêmica da UFC), que oferece os cursos de Sistema de Informação, Engenharia de Software, Redes de Computadores, Ciência da Computação, Design Digital e Engenharia de Computação.
- Universidade Estadual Vale do Acaraú, com duas coordenações, que oferece cursos de Recursos Humanos - Tecnólogo, Letras Português - Licenciatura, Pedagogia e História - licenciaturas.
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, que oferece cursos superiores: Licenciatura em Química, Licenciatura em Geografia, Engenharia Ambiental e Sanitária, Engenharia de Produção Civil e Engenharia Civil e três cursos técnicos: Química, nas modalidades integrado e subsequente; Edificações, também nas modalidades integrado e subsequente; e Meio Ambiente, na modalidade subsequente.

- Faculdade Dom Adélio Tomasin – FADAT, que oferece cursos superiores: Administração, Ciências Contábeis, Direito, Enfermagem, Engenharia da computação, Farmácia, Logística, Nutrição, Odontologia, Psicologia,
- O Centro Universitário Estácio do Ceará – Campus Quixadá, que oferece cinco cursos superior: Medicina
- Centro Universitário Planalto do Distrito Federal – UNIPLAN/ Quixadá/CE, que oferece cursos superiores: Administração, Ciências Contábeis, Educação Física, Enfermagem, Pedagogia, Serviço Social. Superiores de Tecnologia EaD: Gestão de Recursos Humanos.
- Centro Universitário Maurício de Nassau – Uninassau/Quixadá/CE, Graduação EAD Digital.
- Uniasselvi EAD/ Unidade de Quixadá, Graduação EAD Digital, que oferece cursos superiores: 178 cursos.

ANALISE DO DIAGNÓSTICO

Um dos aspectos mais relevantes para uma sociedade democrática refere-se ao entendimento da importância de se ter indicadores sólidos e de fontes consistentes de informações para a formulação e implementação de políticas públicas que de fato sejam eficientes. Neste sentido, a elaboração do diagnóstico da primeira infância de Quixadá ao colocar a criança, mesmo antes do nascimento, no centro da gestão pública contribui para o levantamento e acolhimento das demandas do público infantil.

O diagnóstico foi construído com informações de fontes consolidadas e respeitadas pela sociedade brasileira. O Comitê Gestor Municipal e Estadual participou juntos dos Encontros Regionalizados com atividades didáticas e definidas que contribuíram no processo de elaboração do diagnóstico da primeira infância, em conjunto com outros profissionais. As discussões sobre os dados foram sendo incorporadas às

análises e textos de cada eixo do Plano. O diagnóstico é um documento de apoio a este plano e está ancorado nas informações pertinentes ao Comitê.

Atenção especial deve ser dada a saúde do município de Quixadá-CE, no que cerne ao pré-natal, parto e puerpério. De acordo com as informações do SIAB (Sistema de Informação da Atenção Básica – DATASUS) no município haviam 07 unidades de saúde básica e 01 unidade dessas com oferta de serviços obstétrico no município, e um total de 501 partos naturais do total de partos registrados no município neste mesmo ano. Consta ainda 779 partos cesáreos e 3.717 atendimentos de puericultura registrados, além de 502 gestantes com acompanhante antes e durante o trabalho de parto e pós-parto. (Secretaria de Saúde, 2023).

As demais áreas estão evoluindo conforme são implementadas as políticas públicas municipais da Primeira Infância.

MARCO LEGAL – PRIMEIRA INFÂNCIA

A partir da Constituição de 1988 foram promulgadas Leis específicas relacionadas aos direitos das crianças, merecendo destaque: O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - 1990), a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS - 1993) e a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB - 1996).

Nota-se que a partir da criação do ECA vários avanços são registrados. No intuito de garantir os direitos e a defesa das crianças e adolescentes do país, o ECA traz a necessidade da articulação entre as diferentes esferas de atuação na promoção, defesa e controle desses direitos, requerendo o surgimento do Sistema de Garantia de Direitos. Segundo o ECA Art. 86, “a política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”.

Educação e Proteção são direitos da criança que devem ser garantidos desde seus primeiros momentos de vida. Esses direitos são garantidos pelos Acordos Internacionais dos quais o Brasil é signatário.

Em março de 1990 sob a liderança da UNESCO, em Jomtien, na Tailândia foi aprovada a Declaração Mundial de Educação para Todos, adotada por 183 países (dentre

eles o Brasil), incluindo a educação e os cuidados na primeira infância como parte da educação básica, segundo o Art. 5º “... a aprendizagem inicia com o nascimento. Isso implica cuidados básicos e educação inicial na infância, proporcionados por meio de estratégias que envolvam as famílias e comunidades ou programas institucionais, como for o caso”.

As crianças passaram a serem reconhecidas como “sujeitos de direitos” na Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança e do Adolescente em 1989, ratificada pelo Brasil.

Em 2000, a Organização das Nações Unidas - ONU estabeleceu os 8 Objetivos do Milênio. No Brasil denominado 8 Jeitos de Mudar o Mundo, que deveriam ser atingidos por todos os países até 2015.

Em maio de 2002, a 27ª Sessão Especial da Assembleia das Nações Unidas aprovou o documento Um Mundo para as Crianças, no qual os Chefes de Estado e de Governo e representantes dos países participantes se comprometem a trabalhar para construir um mundo mais justo para as crianças. O Brasil também assinou o documento que expressa o compromisso do país com os princípios e objetivos seguintes:

1. Colocar as crianças em primeiro lugar;
2. Erradicar a pobreza – investir na infância;
3. Não abandonar nenhuma criança;
4. Cuidar de cada criança;
5. Educar cada criança;
6. Proteger as crianças da violência e da exploração;
7. Proteger as crianças da guerra;
8. Combater o HIV/AIDS (proteger as crianças);
9. Ouvir as crianças e assegurar sua participação;
10. Proteger a Terra para as crianças.

Em 2010 foi aprovado o Plano Nacional pela Primeira Infância, instrumento norteador das ações governamentais para o desenvolvimento de políticas públicas para a infância. No ano de 2012 foi criada a Frente Parlamentar pela Primeira Infância (FPPI). Integração de 200 parlamentares à Rede Nacional da Primeira Infância que apresentou o

Projeto o nº 6.998/2013, chamado Lei da Primeira Infância, o marco legal tão sonhado, primeiro da América Latina, sendo aprovado e encaminhado para o Senado, se tornou Projeto de Lei Constitucional nº 14/2015 aprovado em 04 de fevereiro de 2016. Assim se criou o Marco Legal da Primeira Infância no Brasil. Esta Lei nº 13.257/2016 “estabelece princípios e diretrizes para a formulação e implementação de políticas públicas para a Primeira Infância em atenção à especificidade e à relevância dos primeiros anos de vida no desenvolvimento infantil e na formação humana”. No momento aguarda a sanção da Presidência da República.

Almejando a garantia do cumprimento eficaz e efetivo da legislação vigente, com resultados positivos e transformação da realidade local, o PMPI de Quixadá, se insere como instrumento estratégico para alcançar a melhoria do Desenvolvimento da Primeira Infância de Quixadá, a partir de um conjunto articulado de ações em rede de apoio às gestantes, à criança de 0 a 6 anos e suas famílias.

JUSTIFICATIVA

A definição de estratégias para a superação de dificuldades relacionadas à primeira infância na cidade de Quixadá pressupõe a realização de um diagnóstico para identificação e compreensão dos reais desafios do Município na garantia das condições para o desenvolvimento integral das crianças.

Em se tratando de uma cidade em pleno desenvolvimento, o diagnóstico é fundamental, ainda, para revelar quais problemas são prementes – e em quais regiões da cidade – e quais territórios necessitam de intervenções com mais urgência. Essas evidências são fundamentais para o enfrentamento da extrema desigualdade existente na cidade. Nesse sentido, apresentam-se, a seguir, dados territoriais de um conjunto de indicadores sobre a realidade da primeira infância no Município. Nos mapas e tabelas das próximas páginas é possível verificar que as regiões centrais, tipicamente mais servidas por equipamentos públicos, são também as que apresentam menor concentração de população na primeira infância. As periferias, por outro lado, concentram a maior população na faixa etária de 0 a 6 anos, assim como os mais altos índices de vulnerabilidade social. A leitura de dados populacionais, de atendimento e de

vulnerabilidade em cada distrito mostra com clareza a necessidade de priorizar os territórios e as famílias mais vulneráveis. Revela, em alguns casos, que é possível quebrar a lógica da vulnerabilidade como destino, quando o serviço público é oferecido de forma adequada ao contexto e focalizado no problema a ser superado.

O levantamento e a análise das estatísticas também permitem constatar lacunas de informação, particularmente na área da proteção social, da garantia de direitos e da promoção da cidadania. Por isso, se faz urgente ampliar o levantamento e acompanhamento de dados no nível distrital. Ao desafio de melhorar a situação da primeira infância revelada nas estatísticas, acrescenta-se a tarefa da articulação intersetorial.

A atuação do poder público está estruturada numa lógica setorial que impõe barreiras ao atendimento integral. As crianças na primeira infância e suas famílias devem passar a ser o ponto de partida para o desenho das políticas públicas. A divisão territorial, a identificação e o registro de informações e os protocolos de atendimento precisam ser comuns para todos os atores envolvidos no atendimento na primeira infância e têm que ser estruturados numa lógica de atendimento integral e integrado. O PMPI/Quixadá servirá de instrumento para responder a esses desafios, permitindo que a cidade e a sociedade ofereçam um cenário diferente para o desenvolvimento infantil até 2031.

PRESSUPOSTOS E DIRETRIZES TÉCNICAS

O Município de Quixadá é permeado por dois importantes princípios para o atendimento na primeira infância: a prioridade absoluta da criança e a corresponsabilidade entre Estado, sociedade e famílias na promoção e proteção dos direitos da criança. A prioridade absoluta da criança, como já visto, está disposta no art. 227 da Constituição Federal, e foi regulamentada e reforçada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069/90, no parágrafo único do art. 4º: A garantia de prioridade compreende:

- a) Primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- b) Precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- c) Preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;

d) Destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a Proteção à infância e à juventude.

No mesmo art. 227 da Constituição Federal, está definido o princípio da corresponsabilidade da sociedade, das famílias e do poder público pelo desenvolvimento, cuidado e proteção das crianças. Dele, decorrem vários direitos regulamentados em lei. Por exemplo, o dever dos pais de prover alimentos aos seus filhos e o dever das empresas de oferecer creche aos filhos de funcionárias ou funcionários.

Seguindo tal princípio, os eixos estratégicos do Plano Municipal de Quixadá só serão alcançados por meio de um esforço conjugado, que inclui a participação do Estado, da sociedade, das famílias, das organizações da sociedade civil e do setor privado. Portanto, as metas e estratégias aqui estipuladas não se dirigem apenas ao poder público, mas também aos demais responsáveis pela promoção e proteção dos direitos da criança. Para isso, o PMPI/Quixadá prevê estratégias específicas que visam ampliar e fortalecer o envolvimento desses diferentes atores na garantia das condições necessárias para o desenvolvimento integral na primeira infância. É a articulação dos trabalhos de cada um que fará a diferença na vida das crianças.

O Plano de Metas e Estratégias do Município de Quixadá está alinhado, em termos temporais e de conteúdo, aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA fixados em acordo internacional promovido pela Organização das Nações Unidas (ONU), em agosto de 2015, do qual o Brasil é signatário. Essa conformidade demonstra o compromisso de Quixadá com a sustentabilidade global. Por consequência, os eixos estratégicos e as metas do Plano municipal da Primeira Infância/Quixadá visam, sempre que possível e levando em consideração a realidade da cidade de Quixadá – todas as referências à infância presentes no conjunto dos ODS, listados a seguir:

1. Erradicação da pobreza - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.
2. Fome zero e agricultura sustentável - Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.
3. Saúde e bem-estar - Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades.

4. Educação de qualidade - Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos.
5. Igualdade de gênero - Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.
6. Água potável e saneamento - Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos.
7. Energia limpa e acessível - Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todas e todos.
8. Trabalho decente e crescimento econômico - Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos.
9. Indústria, inovação e infraestrutura - Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.
10. Redução das desigualdades - Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.
11. Cidades e comunidades sustentáveis - Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.
12. Consumo e produção responsáveis - Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.
13. Ação contra a mudança global do clima - Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos.
14. Vida na água - Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.
15. Vida terrestre - Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.
16. Paz, justiça e instituições eficazes - Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

17. Parcerias e meios de implementação - Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável. Outra diretriz que embasa o PMPI/Quixadá diz respeito à priorização das crianças em situação de vulnerabilidade e está fixada tanto na legislação nacional (Marco Legal da Primeira Infância - Lei nº 13.257/16 – art. 14, § 2º) quanto na municipal (Lei nº 16.710/17 – art. 7º, I “a” e art. 11, IV). O objetivo maior de priorizar quem mais precisa é a redução da desigualdade no Município. O primeiro desafio derivado dessa diretriz é definir como lidar com as diferenças de cada território da cidade.

Os indicadores sociais disponíveis demonstram situações muito díspares no Município, que merecem intervenções específicas e diferenciadas. Outro desafio, diretamente ligado ao anterior, diz respeito a como priorizar a população mais vulnerável nas políticas públicas. A universalidade estipulada na Constituição nunca será colocada de lado. Mas a busca por ela deve partir de estratégias que priorizem o atendimento à população mais vulnerável. Planejar e implementar políticas específicas para cada território pode ser uma resposta adequada a essa diretriz normativa e um caminho para priorizar as ações nos locais onde os indicadores demonstram a maior vulnerabilidade das famílias.

METAS E AÇÕES

Apresentam-se, à seguir, os eixos estratégicos e as respectivas metas e estratégias do Plano Municipal pela Primeira Infância de Quixadá, fruto do diálogo estabelecido entre o poder público e a sociedade durante o processo de elaboração deste documento. Em 2021, a Prefeitura já havia realizado um planejamento com o envolvimento de mais de 40 técnicos e dialogado com profissionais das secretarias que atendem diretamente a primeira infância. O resultado desse trabalho serviu como ponto de partida para o planejamento com a sociedade civil e viabilizou o detalhamento de estratégias para a promoção da atuação intersetorial, com o objetivo de avançar no atendimento integral e integrado das crianças na primeira infância e suas famílias.

No diálogo com a sociedade civil, foram acrescentadas estratégias e dimensões analíticas para a redução da desigualdade. Nas reuniões e visitas realizados, diversas organizações e seus técnicos aportaram conhecimento e propostas. A priorização da população mais vulnerável já estava presente nas diretrizes do governo municipal, porém, nesta fase, o conceito de vulnerabilidade ganhou detalhamento e foram listadas suas diferentes dimensões: raça/etnia, gênero, condição socioeconômica, crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, populações quilombolas e imigrantes. Essas dimensões deverão pautar o desenho das ações para a primeira infância e os indicadores de monitoramento como um todo, não constituindo estratégia específica ou vinculada apenas a uma meta.

Todas essas colaborações foram consolidadas, buscando alinhamento com outros planos municipais setoriais, com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e com o Programa de Metas da Prefeitura. Ao final, o Plano consolidado foi objeto de revisão e aprovação, composta por técnicos da Prefeitura e de organizações da sociedade civil - CMAS e CMDCA. Aos quatro eixos estratégicos do PMPI/Quixadá estão associadas metas e estratégias para a ação. A relação de cada eixo estratégico com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está identificada com os ícones dos ODS correspondente.

No ano de 2023 os técnicos e o comitê realizaram o monitoramento do PMPI, com o objetivo de atualizar as metas e ações do referente plano.

EIXOS PRIORITÁRIOS: ASSISTÊNCIA SOCIAL

Garantir as condições para a articulação Inter setorial dos programas, projetos e ações para o atendimento integral na primeira infância

ODS correspondentes: 10, 16 e 17.

Ação	Objetivos específicos	Metas	Estratégia	Período de execução
Gerir de forma integrada os serviços, benefícios e programas voltados à primeira infância	Desenvolver uma estrutura de governança Inter setorial que reja as políticas públicas para a primeira infância com foco no SCFV, PAIF, PAEFI e PCF – Primeira Infância no SUAS	Mensal	SCFV, PAIF, PAEFI e PCF – Primeira Infância no SUAS	2022/2031
	Criar mecanismos que promovam a atuação articulada do executivo com o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente.	Semestral	Com uma comissão específica dos comitês para avaliar e discutir estratégias	2022/2031
	Dar transparência à destinação de recursos para a primeira infância no orçamento.	Mensal	Com eventos que a população possa participar de forma eficaz e mostra o ponto de vista da população no que está sendo ofertado.	2022/2031
	Ofertar serviços integrados, adequados às idades, situações e condições das famílias.	Mensal	SCFV, PAIF, PAEFI e PCF – Primeira Infância no SUAS	2022/2031
	Criar uma identificação cadastral unívoca para todas as gestantes, crianças de até 72 meses e suas famílias, a ser adotada nos sistemas de informação de todas as secretarias municipais.		Com parecerias de universidades para desenvolver um sistema integrado	2022/2031
	Integrar os instrumentais e prontuários de dados de todas as secretarias municipais que atendem na primeira infância.	Diário	Com parecerias de universidades para desenvolver um sistema integrado.	2022/2031
	Consolidar uma estrutura de gestão e governança local baseada na criação de comitês regionais nos territórios.	Anual	Junto com as equipes de Cras identificar os prováveis componentes dos comitês.	2022/2031
	Desenvolver um sistema de informação que acione os serviços públicos diante de alertas sobre riscos relacionados ao desenvolvimento infantil enfrentados pela população na primeira infância.	Anual	Com parecerias de universidades para desenvolver um sistema integrado	2022/2031
	Desenvolver e implantar protocolos integrados de atendimento na primeira infância.	Semestral	Avaliar os serviços ofertados pela Prefeitura para a população na primeira infância.	2022/2031

Gerir de forma integrada os serviços, benefícios e programas voltados à primeira infância	Integrar e qualificar os serviços de visitação domiciliar com vistas a garantir maior cobertura territorial e foco na primeira infância.	Diário	Os profissionais capacitados	2022/2031
Implantar padrões de qualidade para o atendimento na primeira infância, considerando o desenvolvimento individual das crianças e a especificidade de cada serviço.	Definir padrões mínimos de qualidade para os serviços públicos destinados à população na primeira infância.	Mensal	Com planejamento de estratégias que possa ser usada de forma eficaz na primeira infância.	2022/2031
	Avaliar anualmente os serviços ofertados pela Prefeitura para a população na primeira infância.	Anual	Avaliar anualmente os serviços ofertados pela Prefeitura para a população na primeira infância.	2022/2031
	Consolidar um sistema de avaliação intersetorial do desenvolvimento na primeira infância.	Mensal	Sistema de avaliação intersetorial	2022/2031
Garantir a formação de servidores, trabalhadores do SUAS, agentes parceiros e outros atores do sistema de garantia de direitos para atuarem de maneira ativa e propositiva no atendimento à população na primeira infância.	Consolidar um modelo de formação continuada conforme plano de capacitação permanente do SUAS, baseado em redes locais intersetoriais.	Semestral	Que capacite todos os agentes públicos e da rede parceira que atendem a população na primeira infância para o atendimento integral.	2022/2031
Promover a participação social no monitoramento e na	Consolidar mecanismos de participação da sociedade no monitoramento e controle das políticas públicas para a primeira infância.	Semestral	Junto com o comitê fazer o monitoramento e avaliação das estratégias.	2022/2031
	Promover a participação social nos conselhos de direitos e de controle social das políticas para a primeira infância.	Semestral	Com incentivo e mostrando o fundamento da participação	2022/2031
	Desenvolver estratégias de divulgação do Plano Municipal pela Primeira Infância a fim de promover o envolvimento da sociedade e das famílias na sua implementação.	Semestral	Com eventos que a população possa participar de forma eficaz e mostra o ponto de vista da população no que está sendo ofertado.	2022/2031
Diversificar as fontes de recursos para o atendimento integral na primeira infância	Desenvolver e aprimorar estratégias de financiamento de projetos e programas voltados ao atendimento na primeira infância.	Semestral	Captar recursos tanto nas esferas públicas com privadas	2022/2031
	Promover parcerias do poder público com a iniciativa privada, OSCs e instituições filantrópicas, nacionais e internacionais, para viabilizar projetos e programas voltados ao atendimento na primeira infância.	Semestral	Com desenvolvimento de projetos	2022/2031

EIXOS PRIORITÁRIOS: CRIANÇAS COM SAÚDE:
Garantir o direito à vida, à saúde e à boa nutrição a gestantes e crianças na primeira infância
ODS correspondentes: 2, 3, 4, 11, 17.

Ação	Objetivos específicos	Metas	Estratégia	Período de execução
Alcançar 95% de cobertura vacinal para crianças de até 5 anos	Registrar de forma adequada as doses de vacinas aplicadas.	Diário	Informatização de todas as salas de vacina, garantindo o registro das doses aplicada, em tempo oportuno.	2022/2031
	Ampliar a oferta do serviço de Imunização	Semanal/Mensal	Oferta das vacinas preconizadas pelo Ministério da Saúde, em todas as salas de vacina, com extensão de horários durante a semana e um sábado ao mês, nos postos da sede do município.	2022/2031
	Realizar vacinação extramuros, em escolas, creches, domicílios e outros pontos estratégicos.	Semestral	Em parceria com a Secretaria de Educação e Ação Social, realizar monitoramento da situação vacinal das crianças matriculadas e promover vacinação nas creches e escolas quando necessário.	2022/2031
	Realizar a busca ativa dos faltosos através de visitas domiciliares, consultas e grupos educativos.	Mensal	Avaliar mensalmente a situação vacinal das crianças diante a apresentação dos cartões espelhos dos ACSs e agendar vacinação quando necessário. Analisar relatório de busca ativa do sistema de informação ESUS feedback, mensalmente, garantindo a vacinação das crianças em tempo oportuno.	2022/2031
	Fortalecer o processo de educação permanente	Anual	Em parceria com a SESA, promover curso de atualização em sala de vacina e rede de frios, para enfermeiras e vacinadores.	2022/2031
	Promover ações educativas para esclarecimento a população quanto a importância das vacinas, através de rádios locais, rede sociais, salas de espera e outros.	Semanal	Realizar palestras educativas nas salas de espera das UBSs e Escolas, buscando participação nas reuniões de pais. Agendar participação nos programas das rádios locais e reproduzir encartes sobre vacinação para divulgação nas redes sociais	2022/2031
Reduzir a desnutrição de gestantes e crianças de 0 a 6 anos e a obesidade na primeira infância	Promover o engajamento do setor privado na garantia do aleitamento mediante a disponibilização de salas de apoio à amamentação e a ampliação da licença maternidade.	Semanal	Realizar palestras semanais nas salas de espera, visando a conscientização da importância do aleitamento materno e da alimentação saudável.	2022/2031

Reduzir a desnutrição de gestantes e crianças de 0 a 6 anos e a obesidade na primeira infância	Ampliar a disponibilização de salas de apoio à amamentação nos equipamentos públicos.	Diário	Direcionar as lactantes para a sala de educação continuada da UBS, para que tenham conforto e privacidade para amamentar.	2022/2031
	Fortalecer o programa de aleitamento materno nos Centros de Educação Infantil (CEIs).	Mensal	Realizar parceria entre saúde e educação para traçar metodologias voltadas para o tema em questão.	2022/2031
	Intensificar o incentivo e apoio ao aleitamento materno e à alimentação complementar saudável durante as consultas e as visitas domiciliares.	Semanal	Fortalecer o vínculo entre ACS e UBS para realizar a busca ativa de lactantes e realizar visitas domiciliares recorrentes.	2022/2031
	Garantir alimentação saudável em creche, pré-escola e outros equipamentos públicos que atendem crianças na primeira infância e ampliar o acesso à alimentação saudável para crianças em situação de vulnerabilidade.	Diário	Realizar parceria entre saúde e educação para traçar metodologias voltadas para o tema em questão. Solicitar nutricionistas para realizar o cardápio escolar semanalmente, visando a alimentação saudável.	2022/2031
	Sensibilizar a sociedade para a promoção da alimentação saudável	Semanal	Realizar educação em saúde em diversos locais estratégicos como: redes de supermercados, rodoviárias, praças públicas, dentre outros.	2022/2031
	Capacitar 100% das equipes de atenção básica para a promoção do aleitamento materno e alimentação complementar saudável.	Mensal	Promover cursos de atualização em parceria com o ministério da saúde.	2022/2031
	Proibir a abordagem de empresas que incentivem a alimentação não saudável nos equipamentos públicos.	-	-	2022/2031
	Monitorar o crescimento e desenvolvimento de 90% das crianças abaixo da linha da pobreza.	Mensal	Promover o vínculo entre ACS, UBS, SMS e SDS para buscar famílias com crianças em vulnerabilidade social.	2022/2031
	Monitorar o estado nutricional da população atendida na atenção básica, visando a vigilância alimentar e nutricional por meio de marcadores antropométricos e de consumo alimentar para identificação das vulnerabilidades: abrangência de 80% de crianças de 0 a 7 anos para marcadores antropométricos e 85% para informação de aleitamento materno em crianças de 0 a 2 anos, dessa população.	Mensal	Realizar apresentação para as equipes sobre os indicadores mensais, frisando pontos de melhoria e estratégias de mudança de números.	2022/2031

Reduzir o coeficiente de mortalidade infantil para menos de 10/1000 nascidos vivos e da taxa de mortalidade materna para menos de 40/100.000	Aumentar em 100% a disponibilidade anual de métodos contraceptivos de longa duração, principalmente às mulheres em situação de alta vulnerabilidade.	Diário	Ofertar em todas as consultas de planejamento familiar as opções de métodos contraceptivos disponíveis no SUS.	2022/2031
	Apoiar iniciativas de educação entre pares de lideranças locais.	Mensal	Fazer parceria com outros órgãos para intensificar a educação em saúde.	2022/2031
	Realizar busca ativa que garanta a captação precoce (até a 12ª semana) das gestantes para iniciar o pré-natal.	Semanal	Intensificar a busca através dos ACS para mobilizar as gestantes para realizar o Pré-Natal.	2022/2031
	Realizar sete ou mais consultas de pré-natal para 90% das gestantes.	Mensal	Conscientizar a população sobre a importância da realização do Pré-Natal.	2022/2031
	Realizar a primeira consulta do recém-nascido na atenção básica em até sete dias após o nascimento por meio de consulta ou visita domiciliar.	Mensal	Intensificar a busca através dos ACS para mobilizar as mães a levarem seus filhos para realizar as consultas.	2022/2031
	Realizar a primeira consulta de puerpério na atenção básica até trinta dias após o parto para pelo menos 80% das mulheres	Mensal	Conscientizar as mulheres sobre a importância da consulta puerperal, definindo as próximas consultas.	2022/2031
	Realizar a formação continuada dos profissionais responsáveis pelo pré-natal.	Mensal	Realizar apresentação para as equipes sobre os indicadores mensais, frisando pontos de melhoria e estratégias de mudança de números.	2022/2031
Reduzir para menos de 10% o percentual de nascidos vivos de mães adolescentes	Apoiar iniciativas de educação entre pares na adolescência.	Mensal	Intensificar o PSE, realizar o dia D de planejamento familiar e distribuição de métodos contraceptivos.	2022/2031
	Promover formação continuada para a rede de proteção, com ênfase nos conselheiros tutelares, em relação aos direitos sexuais e reprodutivos.	Anual	Fortalecer a parceria entre Saúde e Conselho Tutelar, traçando metas de melhoria dos indicadores.	2022/2031
	Discutir e articular as estratégias de intervenção de forma integrada promovendo as "habilidades para a vida" na rede de proteção do território com base em diagnóstico situacional de atenção ao adolescente.	Mensal	Realizar busca ativa desse público e estabelecer um vínculo Inter setorial.	2022/2031
Reduzir para menos de 10% o percentual de nascidos vivos de mães adolescentes	Atender a 100% da demanda por métodos contraceptivos de longa duração para adolescentes, principalmente em situação de alta vulnerabilidade.	Mensal	Intensificar o PSE, realizar o dia D de planejamento familiar e distribuição de métodos contraceptivos.	2022/2031

	Trabalhar os direitos sexuais e reprodutivos no programa Saúde na Escola.	Mensal	Intensificar o PSE, realizar o dia D de planejamento familiar e distribuição de métodos contraceptivos.	2022/2031
	Abordar de forma adequada o adolescente para acesso à atenção básica.	Mensal	Intensificar o PSE, realizar o dia D de planejamento familiar e distribuição de métodos contraceptivos.	2022/2031
	Aumentar a disponibilização de preservativos em espaços públicos e particulares (centros educacionais, culturais e esportivos).	Semanal	Projeto de distribuição de preservativo em locais públicos, Ex: Escolas de ensino médio, postos de saúde, supermercados, entre outros.	2022/2031
Aumentar prevalência de partos humanizados em 15%	Capacitar as equipes de saúde e implementar protocolo para atendimento humanizado no parto.	Mensal	Realizar atualizações mensais sobre os protocolos do ministério da saúde, explanação dos indicadores e métodos que melhora dos mesmos.	2022/2031
	Aumentar a proporção de partos normais para 65% dos partos na cidade.	Anual	Realizar atualizações mensais sobre os protocolos do ministério da saúde, explanação dos indicadores e métodos que melhora dos mesmos.	2022/2031
	Garantir o direito de acompanhante em todos os partos em maternidades públicas e privadas, se a mulher assim o desejar.	Diário	Intensificar o cumprimento da Lei de acordo com a vontade da paciente; aumentar o repasse de informações sobre a lei e como ela funciona durante as consultas de pré-natal.	2022/2031
	Aumentar o número de casas de parto na cidade acopladas às maternidades.	Anual	Verificar a disponibilidade de ampliação da casa da gestante existente no município.	2022/2031
	Garantir a previsibilidade de vaga em maternidade previamente definida pela grade de parto.	Diário	Melhorar a comunicação constante entre unidades de saúde que prestam atendimento as gestantes.	2022/2031
Garantir o acesso a serviços de saúde de qualidade a gestantes e crianças de 0 a 6 anos	Otimizar as Unidades Básicas de Saúde (UBSs) dos territórios para o cuidado em saúde conforme o perfil de cada população.	Mensal	Garantir a equipe Multiprofissional para que unidade de saúde.	2022/2031
	Desenvolver as ações na atenção básica com equidade e singularidade regionais.	Diário	Garantir a equipe Multiprofissional para que unidade de saúde. Aumentar a qualificação das equipes para prestar uma assistência mais adequada.	2022/2031
	Monitorar o fornecimento de medicamentos elencados na Rede Municipal de Medicamentos.	Mensal	Garantir a equipe Multiprofissional para que unidade de saúde. Aumentar a fiscalização dos indicadores.	2022/2031
Garantir o acesso a serviços de saúde de qualidade a gestantes e crianças de 0 a 6 anos	Ajustar as condições de oferta de exames à demanda segundo os protocolos de acesso.	Mensal	O município possui um plano de oferta de exames básicos, rotineiros e específicos para gestantes, funcionando em todas as unidades de saúde semanalmente.	2022/2031
	Captar precocemente as gestantes com sífilis no pré-natal (até a 12ª semana de gestação).	Diário	Aumentar a busca dos ACS no território semanalmente para iniciar o pré-natal mais	2022/2031

Reduzir os casos de sífilis congênita para 0,5 casos por mil nascidos vivos			precocemente. Realizar o tratamento no mesmo dia da realização do teste rápido, incluindo o parceiro.	
	Garantir tratamento adequado e intensificar a vigilância das gestantes com sífilis durante o pré-natal.	Semanal	Realizar o tratamento no mesmo dia da realização do teste rápido, incluindo o parceiro.	2022/2031
	Garantir teste rápido para sífilis em todas as UBSs	Diário	Solicitar os testes na Unidade do SAE quando houver necessidade, garantido a não falta do mesmo na unidade.	2022/2031
	Garantir a realização do teste rápido para sífilis para 100% das gestantes quando cadastradas no pré-natal do SUS.	Diário	Realizar os testes no primeiro dia da descoberta da gravidez, e repetir a cada trimestre, incluindo na véspera do parto.	2022/2031
Detectar precocemente o sofrimento mental de gestantes, puérperas e crianças até 6 anos e realizar as intervenções necessárias	Fortalecer a rede de apoio na comunidade e na família para detectar precocemente o sofrimento mental das gestantes, puérperas e crianças até 6 anos e realizar as intervenções necessárias.	Mensal	Realizar educação em saúde e busca ativa da população e encaminhar para os locais adequados de tratamento.	2022/2031
	Articular as ações e os equipamentos de saúde mental na rede do território: UBSs, NASF (Núcleo de Apoio à Saúde da Família), CAPS (Centro de Atenção Psicossocial), Adulto e Álcool e Drogas.	Mensal	Realizar educação em saúde e busca ativa da população e encaminhar para os locais adequados de tratamento. Promover o dia D do CAPS na UBS, realizando orientações e encaminhamentos.	2022/2031
	Realizar vigilância das gestantes, puérperas e crianças com sofrimento mental por meio de visitas domiciliares e consultas mais frequentes.	Mensal	Realizar educação em saúde e busca ativa da população e encaminhar para os locais adequados de tratamento. Promover o dia D do CAPS na UBS, realizando orientações e encaminhamentos.	2022/2031
Aumentar a proporção de crianças livres de cárie com idade de 1 até 6 anos em 7%	Realizar levantamento epidemiológico para atualizar a linha de base	Mensal	A unidade de E-SUS da Secretaria de saúde ficará responsável pelo levantamento mensal dos dados necessários para monitorização.	2022/2031
	Intensificar as ações educativas de saúde bucal nas CEIs e EMEIs e em grupos de pais e responsáveis.	Mensal	Realizar atividades mensais do PSE para intensificar a busca ativa de pacientes.	2022/2031
Aumentar a proporção de crianças livres de cárie com idade de 1 até 6 anos em 7%	Promover ações intersetoriais para discussão e promoção da dieta não cariogênica.	Mensal	Aumentar a parceria com as outras unidades no intuito de realizar a busca ativa desse público alvo.	2022/2031
	Intensificar as ações curativas por meio do Tratamento Restaurador Traumático.	Mensal	Aumentar a parceria com as outras unidades no intuito de realizar a busca ativa desse público alvo.	2022/2031
Reduzir em 25% o coeficiente de mortalidade por acidente até 5 anos de idade	Garantir que todos os serviços que atendem à criança tenham suas instalações em cumprimento com as normas e requisitos de segurança existentes.	Mensal	Realizar educação em saúde para as famílias quanto a pequenas situações de urgência e emergência.	2022/2031

	Oferecer formação em prevenção de acidentes para as mães durante a gestação e profissionais que atendem às crianças.	Semanal	Realizar educação em saúde para as famílias quanto a pequenas situações de urgência e emergência.	2022/2031
	Realizar campanhas de conscientização para prevenção de acidentes na infância	Mensal	Realizar educação em saúde para as famílias quanto a pequenas situações de urgência e emergência.	2022/2031

EIXOS PRIORITÁRIOS: EDUCAÇÃO INFANTIL

Garantir a todas as crianças na primeira infância educação, cuidados e estímulos que contribuam para seu desenvolvimento integral

ODS correspondentes: 4, 5, 10, 11, 16 e 17.

Ação	Objetivos específicos	Metas	Estratégia	Período de execução
Garantir atendimento a todas as crianças de 0 a 3 anos	Assegurar, até 2029, atendimento na Educação Infantil para 75% das crianças de 0 a 3 anos ou 100% da demanda registrada, o que for maior.	Semestral	*	2022/2031
	Garantir condições de mobilidade segura e acessível para que as crianças possam acessar os equipamentos públicos.	Semestral	*	2022/2031
Garantir atendimento integral a todas as crianças de 4 e 5 anos	Garantir a manutenção da universalização do atendimento na educação infantil às crianças de 4 e 5 anos de idade. 2.2 Definir e implementar protocolos de busca ativa para a identificação das crianças fora da escola	Semestral	*	2022/2031
	Mapear e requalificar os espaços públicos disponíveis para assegurar o atendimento em tempo integral, garantindo a acessibilidade.	Semestral	*	2022/2031
	Promover a integração da rede de equipamentos públicos com espaços privados e das organizações da sociedade civil (OSCs) com o objetivo de melhorar o atendimento na primeira infância	Semestral	*	2022/2031
Melhorar a qualidade da educação infantil	Garantir a implementação do Currículo da Cidade: Educação Infantil.	Semestral	*	2022/2031
	Garantir que todas as unidades de educação infantil disponham de espaços pedagógicos adequados e acessíveis, internos e externos, que propiciem o livre brincar.	Semestral	*	2022/2031
	Assegurar (até 2029) uma relação educando por docente no sistema municipal de ensino que fortaleça a qualidade social da	Semestral	*	2022/2031

	educação e as condições de trabalho dos profissionais da educação, na seguinte proporção: Berçário I: 7 crianças / 1 educador; Berçário II: 9 crianças / 1 educador; Mini – Grupo I: 12 crianças / 1 educador; Mini – Grupo II: 25 crianças / 1 educador; Infantil I: 25 crianças / 1 educador; E Infantil II: 25 crianças / 1 educador			
Melhorar a qualidade da educação infantil	Desenvolver programas de formação continuada para os profissionais da educação com foco no desenvolvimento integral da criança.	Semestral	*	
	Ampliar na rede municipal de ensino as equipes de profissionais de educação para atender à demanda do processo de escolarização de educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superlotação, garantindo a oferta de professoras (es) do atendimento educacional especializado, profissionais de apoio ou auxiliares.	Semestral	*	2022/2031
	Incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio de estreitamento das relações entre as escolas e as famílias.	Semestral	*	2022/2031
	Assegurar condições para a efetivação da gestão democrática da educação, buscando fortalecer a autonomia da gestão escolar e aprimorar mecanismos efetivos de controle social e acompanhamento das políticas educacionais no Município.	Semestral	*	2022/2031
Ampliar o envolvimento das famílias e da sociedade na valorização dos cuidados e vínculos na primeira infância	Implementar programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas de educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças na primeira infância.	Semestral	*	2022/2031
	Criar um plano de comunicação sobre a importância do desenvolvimento integral na primeira infância.	Semestral	*	2022/2031
	Sensibilizar a sociedade sobre os mecanismos de exclusão e invisibilidade das crianças na primeira infância no espaço público, a fim de ampliar a percepção sobre a importância de espaços acessíveis adequados à primeira infância.	Mensal	*	2022/2031
	Promover a ampliação do período da licença paternidade no setor público e privado.	*	*	2022/2031
	Adequar as calçadas e o transporte público para garantir mobilidade segura e acessível para as crianças na primeira infância e seus cuidadores	*	*	2022/2031

Tornar o ambiente da cidade mais acolhedor para as crianças de 0 a 6 anos	Estimular a criação e revitalização de espaços urbanos, ociosos ou não, tornando-os áreas verdes ou praças com espaços de brincar acessíveis, por meio de parcerias entre o poder público e a iniciativa privada ou sociedade civil, prevendo mecanismos que garantam sua preservação, a fim de promover a integração família/criança/natureza.	*	*	2022/2031
Tornar o ambiente da cidade mais acolhedor para as crianças de 0 a 6 anos	Ampliar a oferta de espaços lúdicos e acessíveis, em equipamentos públicos e privados, considerando as especificidades da primeira infância, o princípio do livre brincar e a convivência intergeracional.	*	*	2022/2031
	Estimular a criação de territórios educadores com a participação de equipamentos públicos e privados, promovendo parcerias para sua preservação.	Mensal	*	2022/2031
	Garantir a construção de áreas de lazer para crianças no interior dos novos conjuntos habitacionais, considerando as especificidades da primeira infância.	*	*	2022/2031
Ampliar a participação de gestantes, crianças de 0 a 6 anos e suas famílias/ cuidadores em atividades voltadas à primeira infância, que estimulem e favoreçam o desenvolvimento humano	Desenvolver ações durante a Semana do Brincar visando a sensibilização das famílias, dos cuidadores e da sociedade em geral sobre a importância do brincar para o desenvolvimento integral da criança.	Mensal	*	2022/2031
	Sensibilizar gestantes, famílias, cuidadores e a comunidade do entorno das crianças de 0 a 6 anos para a utilização e preservação de locais para a primeira infância e para a participação em atividades culturais, esportivas e de lazer	Mensal	*	2022/2031
	Ampliar a oferta de atividades para a primeira infância nos centros culturais, cinemas, teatros, museus, bibliotecas e parques municipais, garantindo acessibilidade.	Mensal	*	2022/2031
	Ampliar a oferta de atividades físicas e modalidades esportivas nos equipamentos públicos para crianças na primeira infância com e sem deficiência.	Semanal	*	2022/2031
	Ampliar a oferta de atividades físicas orientadas para gestantes.	Semanal	*	2022/2031
	Ampliar a instalação de bibliotecas infantis nas bibliotecas municipais.	*	*	2022/2031
	Implementar iniciativas de estímulo à leitura parental.	Semanal	*	2022/2031
	Ampliar os mecanismos de comunicação sobre os serviços públicos disponíveis para gestantes e crianças na primeira infância e as formas de acesso a eles.	Semanal	*	2022/2031

	Promover a divulgação da agenda cultural e de outras atividades voltadas para gestantes e crianças na primeira infância nos respectivos territórios.	Semanal	*	2022/2031
--	--	---------	---	-----------

EIXOS PRIORITÁRIOS: PROTEÇÃO À CRIANÇA

Garantir a proteção e dar condições para o exercício dos direitos e da cidadania na primeira infância.

ODS correspondentes: 1, 5, 10, 11, 16 e 17.

Ação	Objetivos específicos	Metas	Estratégia	Período de execução
Garantir o acesso aos serviços públicos dispostos neste plano a todas as crianças em situação de vulnerabilidade	Integrar e estruturar redes de serviços públicos, de acordo com as especificidades territoriais, para gestantes, crianças de 0 a 6 anos e suas famílias.	Semestral	Especialmente as que se encontram em situação de rua, violência, extrema pobreza e/ou com deficiência.	2022/2031
	Criar e implementar protocolos territoriais de atuação em rede, que envolvam a comunidade.	Semestral	Para a realização da busca ativa de gestantes e crianças que não acessam os serviços públicos.	2022/2031
	Capacitar 100% das equipes de atendimento direto e abordagem para atuarem de acordo com os protocolos de busca ativa e atendimento da população na primeira infância e suas famílias.	Semestral	Para a realização da busca ativa de gestantes e crianças que não acessam os serviços públicos.	2022/2031
	Garantir o acesso aos serviços da rede pública a todas as crianças independentemente de apresentarem registro civil,	Mensal	Com atenção especial para imigrantes, refugiados, comunidades e povos tradicionais, crianças em situação de rua e crianças com deficiência.	2022/2031
Garantir o acolhimento conjunto qualificado a todas as mulheres gestantes ou com filhos(as) na primeira infância em situação de rua ou vítimas de violência doméstica	Ampliar o serviço de acolhimento conjunto qualificado	Mensal	*	2022/2031
	Capacitar 100% das equipes de acolhimento conjunto para a promoção do desenvolvimento na primeira infância.	Mensal	*	2022/2031
Garantir acesso aos serviços de acolhimento familiar para 100% das crianças de 0 a 6 anos, que	Ampliar serviços de acolhimento familiar. Criar e implementar o serviço de acolhimento familiar emergencial para situações que requeiram um acolhimento imediato e de curta duração.	Mensal	*	2022/2031

tenham perfil para esse serviço				
	Criar e implementar o programa família guardião, oferecendo subsídios para que crianças que tenham seus direitos ameaçados ou violados possam permanecer nas famílias extensas, sem a necessidade da medida do acolhimento.	Diário	Aprimorar o sistema de notificação de violência contra a criança, incluindo a criação de um canal de denúncias.	2022/2031
Promover uma cultura de paz e não violência contra a criança	Garantir o encaminhamento de todas as denúncias de violência contra a criança recebidas.	Diário	*	2022/2031
	Promover, anualmente, campanhas de promoção da cultura da não violência familiar e contra crianças.	Anual	Elaborar e veicular material informativo para pais e cuidadores com foco em estratégias para a educação não violenta.	2022/2031
	Acionar a rede de proteção antes da alta da maternidade para as mulheres em situação de vulnerabilidade, particularmente as que se encontram em situação de rua, são usuárias de drogas ou respondem a processo criminal ou ato infracional.		*	2022/2031
	Garantir atendimento e acompanhamento às adolescentes (gestantes e mães) que cumprem medidas socioeducativas de liberdade assistida ou prestação de serviços à comunidade.	*	Garantir que mães e gestantes em prisão domiciliar tenham plano individualizado de acompanhamento.	2022/2031
Garantir que todas as crianças tenham registro civil	Garantir que todas as maternidades ofereçam o registro de nascimento.	Diário	Ampliar a dupla filiação nas certidões de nascimento	2022/2031
	Garantir que todos os cartórios de registro civil forneçam informação para o registro de filhos nascidos em casas de parto	Diário	*	2022/2031
Aprimorar o sistema de garantia de direitos	Promover maior integração das políticas públicas e das ações do Sistema de Justiça.	Mensal	*	2022/2031
	Desenhar e implementar ações de qualificação dos conselhos tutelares.	Semestral	Com capacitação	

EIXOS PRIORITÁRIOS: CRIANÇAS ESPORTE, LAZER E COM SAÚDE: Garantir o direito à vida, à saúde na primeira infância.				
Ação	Objetivos específicos	Metas	Estratégia	Período de execução

Crianças esporte e lazer.	Festival de psicomotricidade.	Mensal	Feito nos CRAS do município com equipe própria de Profissionais Educação física.	2022/2031
	Criação do projetor ruas de lazer. (Pode ser feito em praças dos bairros e distritos)	Semanal	Convidando toda população de todas idades para participar de atividades.	2022/2031

ORÇAMENTO - PRIMEIRA INFÂNCIA

O Fundo da Infância e da Adolescência FIA – fundos nacionais, estaduais e municipais são citados pelo ECA como uma das diretrizes de atendimento da criança e do adolescente. O município de Quixadá, oriundo da PPA, LDO e LOA elaborou seu orçamento anual implementando a política da Criança e do Adolescente com transferência para o FIA municipal, numa previsão anual de R\$ 119.000,00 (cento e dezenove mil reais).

Segue ainda orçamento previsto para Primeira Infância no valor de R\$ R\$ 561.000,00 (quinhentos e sessenta e um mil reais).

No que tange ao CMDCA e ao Comitê que elaborou este plano tem como primazia o acompanhamento, a execução e a priorização das ações voltadas para infância de Catunda.

Programa Primeira Infância do SUAS - Criança Feliz

Manutenção do Programa Criança Feliz (Primeira Infância do SUAS)

ELEMENTO
Despesas correntes
Pessoal e encargos sociais
Aplicações diretas
Contratação por tempo determinado
Vencimentos e vant. fixas pessoal civil
Obrigações patronais
Outras despesas correntes
Aplicações diretas
Diárias - civil
Material de consumo
Outros serv. de terceiros pessoa física
Outros serv. de terc. Pessoa jurídica
R\$ 561.000,00 (quinhentos e sessenta e um mil reais).

AGRADECIMENTOS

O Plano Municipal da Primeira Infância de Quixadá teve a colaboração de muitos parceiros, dentre as quais agradeço:

Aos Secretários Municipais da Assistência Social, Educação, Saúde, Cultura e Agricultura e suas equipes técnicas que também compõe o Comitê Intersetorial Municipal da Primeira Infância.

Ao Comitê Gestor Estadual da Primeira Infância que norteou os encontros regionais e propiciou fundamentação para o presente plano.

CONCLUSÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O monitoramento e a avaliação da implementação do PMPI/Quixadá é um elemento fundamental para a garantia da sua efetivação, sustentabilidade e eficácia, e cuja importância é destacada no Marco Legal da Primeira Infância, bem como na lei municipal que disciplina as políticas públicas para a primeira infância em Quixadá. Assim como a responsabilidade pela proteção e garantia dos direitos das crianças é compartilhada entre poder público, sociedade e família, o acompanhamento da implementação do PMPI/Quixadá também deve ser uma tarefa partilhada, que contemple contribuições dos diferentes atores envolvidos, inclusive das crianças.

A promoção da participação social no monitoramento do PMPI/Quixadá é uma das metas deste Plano, contida no eixo de intersectorialidade para o atendimento integral na primeira infância. O acompanhamento do respectivo plano, tanto pelo poder público, quanto pela sociedade, tem a finalidade primordial de medir avanços na sua execução e no alcance de suas metas e identificar se há necessidade de ajustes ou mudanças de rumo. Os mecanismos de monitoramento e avaliação do Plano devem basear-se na coleta sistemática de dados quantitativos e/ou qualitativos, que facilitem essas análises e que, num segundo passo, possibilitem ponderar possíveis resultados da implementação do PMPI/Quixadá para a garantia dos direitos e o desenvolvimento das crianças de 0 a 6 anos no município. Há inúmeras metodologias de monitoramento e avaliação, assim como

diversos instrumento de levantamento de dados, que podem ser aplicados pelos diferentes atores envolvidos na execução do PMPI/Quixadá.

A fim de coordenar e complementar os esforços e de integrar e cruzar dados e informações, os procedimentos de monitoramento e avaliação deverão ser padronizados, transparentes e garantir o envolvimento da sociedade civil, para além do corpo técnico da Prefeitura.

A divulgação periódica de informações sistematizadas sobre a evolução do PMPI/Quixadá integra o processo de monitoramento e avaliação do plano e tem um papel importante na sua disseminação, pois, além dar publicidade a dados de interesse público, ajuda a promover o conhecimento da sociedade e das famílias sobre as políticas e ações existentes para a primeira infância.

O processo de avaliação e controle social do PMPI/Quixadá deverá ser realizado em três dimensões distintas:

a) Avaliação da execução das estratégias previstas no Plano, a primeira dimensão do acompanhamento da implementação do PMPI/Quixadá diz respeito às estratégias nele mapeadas. Esse processo deve identificar quais programas e ações voltados ao atendimento na primeira infância estão sendo implementados.

Assim, será possível verificar se as estratégias definidas no PMPI/Quixadá norteiam o desenho e a realização das ações e serviços da Prefeitura de Quixadá e dos demais atores não governamentais para gestantes e crianças de 0 a 6 anos. Para esta finalidade, é imperativa a necessidade de elaboração de um marco lógico, com indicadores que permitam o monitoramento da execução das estratégias do plano, e uma comparação ao longo dos anos.

Dentre as estratégias de monitoramento e avaliação traçadas no PMPI/Quixadá, encontram-se duas que merecem destaque:

- Qualidade dos serviços públicos voltados à primeira infância: presente no Eixo Estratégico I, Meta 2, Linha de Ação 2.2.
- Transparência do orçamento em relação à primeira infância: presente no Eixo Estratégico I, Meta 1, Linha de Ação 1.3.

A avaliação da qualidade do atendimento na primeira infância é um ponto central do acompanhamento do PMPI/Quixadá, uma vez que somente a existência de serviços

não garante os estímulos e cuidados necessários para o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância.

Em relação ao controle do orçamento destinado à primeira infância, a Prefeitura será responsável por destacar em seu orçamento e balanço anuais a soma dos recursos referentes ao conjunto dos programas e serviços voltados à primeira infância, além de divulgar, anualmente, o percentual estimado que esses valores representam em relação ao respectivo orçamento realizado. Essa é mais uma forma de a administração municipal prestar contas para a sociedade, sendo certo que nem todas as despesas públicas que atingem a primeira infância podem ser identificadas como exclusivas da área. Nesse sentido, deve haver um esforço para demonstrar os números da forma mais aproximada possível.

O balanço da implementação das estratégias do PMPI/Quixadá deve se dar anualmente, durante a Semana Municipal da Primeira Infância, acrescentada ao calendário oficial do Município.

b) Avaliação do alcance das metas definidas e da trajetória em direção ao seu cumprimento diretamente vinculado ao item anterior, o monitoramento e a avaliação do alcance das metas do PMPI/Quixadá devem verificar se o conjunto de programas e ações voltados ao atendimento na primeira infância está, de fato, contribuindo para gerar as mudanças representadas por cada uma das metas deste Plano.

Nesse caso, também é fundamental a definição de indicadores que possibilitem a avaliação de avanços nas metas. Esse processo gera importantes subsídios para a tomada de decisão sobre eventuais necessidades de revisão ou mudanças de rumos do PMPI/Quixadá. O balanço das metas se dará a cada dois anos, na Semana Municipal da Primeira Infância.

c) Avaliação dos impactos da implementação do PMPI/Quixadá no desenvolvimento das crianças do Município com a colaboração de organizações da sociedade civil, empresas e instituições de educação superior, poderá ser criada uma metodologia de avaliação do desenvolvimento das crianças, com o objetivo de nortear as ações para essa faixa etária.

REFERÊNCIA

A Dinâmica da Rede Nacional primeira Infância. Brasília: RNPI, 2011

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Coordenação de Publicações.

BRASIL. Ministério da Saúde. Linha de cuidado para a atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violências: orientação para gestores e profissionais de saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. p. 104.

BRASIL. Rede Nacional Primeira Infância. Plano Nacional pela Primeira Infância. Brasília, 2010.

BRASIL. Secretaria de Assuntos Estratégicos. Construindo um Programa Único de Atenção Integral à Primeira Infância. Brasília, 2011.

Brasil. (1997). Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997. Institui o Código de Trânsito Brasileiro.

CAMPOS, André L. N - Modelagem de Processos Com Bpmn - 2ªed. 2014 Brasport
Valle, Rogerio Análise e Modelagem de Processos de Negócio: Foco na Notação Bpmn
Atlas

CAEE (Centro de Apoio Educacional Especializado) PES- 2015

Coleção Primeira Infância – 0 a 3 anos. São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal.

CUNHA, Nylse Helena da Silva. Brinquedo, desafio e descoberta para utilização e confecção de brinquedos. Rio de Janeiro: Fae, 1988.

Declaração Mundial de Educação para Todos (1990)

Decreto nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004-Acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência

Decreto nº 6.949 de 25 de agosto de 2009- Direitos de pessoas com deficiência

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990).

FUNDAÇÃO ABRINQ. Plano Municipal para a Primeira Infância e Adolescência: Guia para ação passo a passo- Programa Prefeito Amigo da Criança. São Paulo: Fundação Abrinq, 2011. 72p.

FUNDAÇÃO MARIA CECÍLIA SOUTO VIDIGAL et all. Projetos de Intervenção Local: Estratégias para qualificar a atenção à Primeira Infância. São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2011.

Guia Metodológico Selo Unicef Município Aprovado – Edição (2013-2016)

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

LDB - Lei de Diretrizes e Bases (Lei 9394/96)

YOUNG, Mary Eming. (Org.) Do Desenvolvimento da Primeira Infância ao Desenvolvimento Humano. São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2010. 440p.

MARCILIO, Maria Thereza Oliva. AMORA, Gustavo. (Org.). Primeira Infância em primeiro lugar: experiências e estratégias de Advocacy. Salvador: Fundação Telefônica, 2011. 152 p.

Manual de gestão por processos / Secretaria Jurídica e de Documentação / Escritório de Processos Organizacionais do MPF. - Brasília: MPF/PGR, 2013.

Mapa Prefeito Amigo da Criança – PPAC

Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM - 2000)

OMEPE. Secretaria Executiva. Deixa eu falar. Participação Infantil no plano nacional pela primeira infância. Rede Nacional Primeira Infância. Brasília:

OMEPE, 2010. Plano Nacional para Primeira Infância (2010)

Plano Decenal de Quixadá

Plano Municipal de Educação de Quixadá

Relatório de Recomendações Prefeito Amigo da Criança – Gestão (2013-2016)

SCHNEIDER, Alessandra; RAMIRES, Vera. Primeira Infância Melhor: Uma inovação em política pública. Brasília: UNESCO, Secretaria da Saúde do Estado do Rio Grande do Sul, 2007.

Um mundo para as crianças. Relatório da Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre a Criança, Nações Unidas. Nova Iorque, 2002.

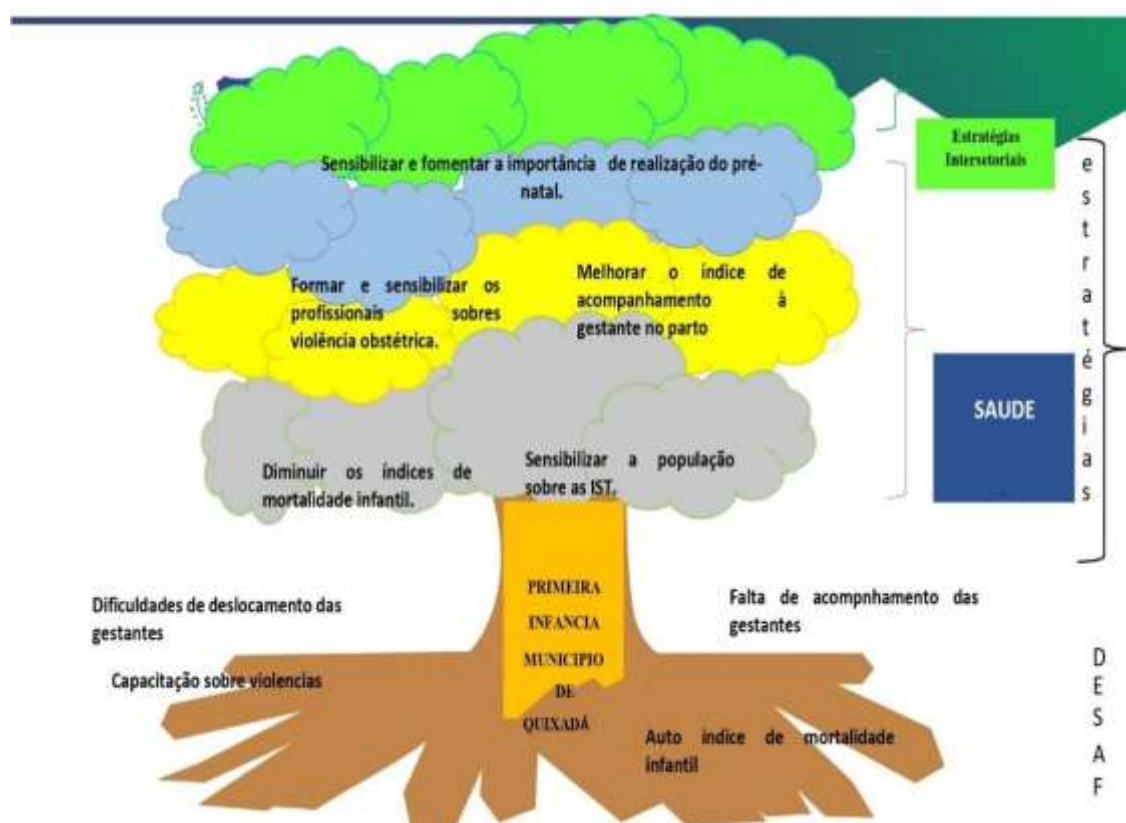
Anexo

Árvore da Primeira Infância - Quixadá

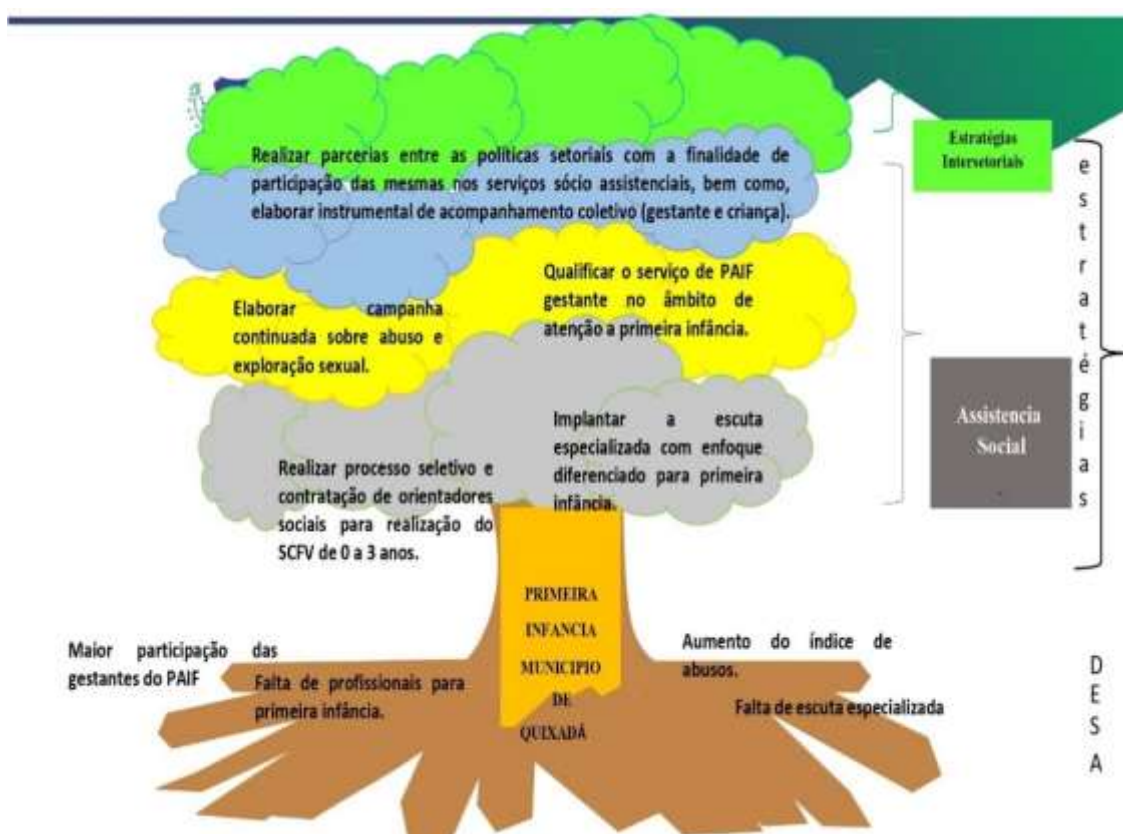
Educação Infantil



Saúde



Assistência Social



Criança Cidade – Espaço e Meio Ambiente



INDICADORES SOCIODEMOGRÁFICOS			
Informação do Município			
Nome	Quixadá		
Localização *3	Sertão Central		
Macrorregião *4	Mesorregião dos Sertão Cearense		
Microrregião *5	Sertão de Quixeramobim		
Extensão Territorial (km²) *6	Absoluta (km²) 2.021		
Divisão Territorial	Nome do Distrito	Localização (Urbana/Rural)	
	Califórnia	Rural	
	Cipó dos Anjos	Rural	
	Custódio	Rural	
	Daniel de Queiroz	Rural	
	Dom Maurício	Rural	
	Juá	Rural	
	Juatama	Rural	
	Quixadá	Cidade/ Urbana	
	Riacho Verde	Rural	
	São Bernardo	Rural	
	São João dos Queiroz	Rural	
	Tapuiará	Rural	
	Várzea da Onça	Rural	
Número de localidades/ comunidades por distrito		Número de comunidades/bairros	
Califórnia	-	Alto da Boa Vista	Herval
Cipó dos Anjos	-	Alto São Francisco	Irajá
Custódio	-	Baviera,	Jardim dos Monólitos
Daniel de Queiroz	-	Bôto	Monte Alegre
Dom Maurício	-	Campo Novo	Nova Jerusalém
Juá	-	Campo Velho	Planalto Renascer
Juatama	-	Carrascal I	Planalto Universitário
Quixadá	-	Carrascal II	Putiú
Riacho Verde	-	Cedro	Residencial
São Bernardo	-	Centro	São João
São João dos Queiroz	-	Cohab	Triângulo
Tapuiará	-	Combate	24 bairros
Várzea da Onça	-	Curicaca	

Fonte: IBGE 2023

INDICADORES SOCIODEMOGRÁFICOS

População por situação de domicílio e sexo

Divisão Administrativa			Zona Urbana			Zona Rural		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Município Total	35.769	40.835	57.485	27.506	29.979	23.119	12.263	10.850

Fonte: IBGE 2014

1.1.2 População por grupos de Idade

Divisão Administrativa	0 a 4 anos	5 a 9 anos	10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 59 anos	Acima de 60 anos
Município Total	6.645	7.168	8.403	8.822	40.688	9.178

Fonte: IBGE 2014

1.1.3 População por grupos de Idade

Divisão Administrativa	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Sem declaração
Faixa Etária						
0 a 4 anos	2.065	189	65	4.326		-
5 a 9 anos	1.918	245	101	4.603	1	-
10 a 14 anos	2.275	402	128	5.597	1	-
15 a 19 anos	2.439	934	358	11.466	8	-
20 a 59 anos	11.824	2.645	761	25.440	18	-
Acima de 60 anos	2.993	722	169	5.290	4	-
Total	23.514	5137	1582	51.131	32	-

Fonte: IBGE 2014

1.1.4 - Existência de Registro de Nascimento

Divisão Administrativa	Tipos de Registro		
Município Total	Registro Civil	Declaração de Nascido obtido na maternidade	Registro Rani
% de Crianças Quantidade de Crianças	1.233	648	*

Fonte: IBGE 2014

1.1.5 Domicílios particulares permanentes, moradores de domicílios permanentes e média de moradores de domicílios particulares permanentes por situação de domicílio

Divisão Administrativa	Moradores em domicílios particulares permanentes										
	Tipo de Domicilio				Condição de ocupação do domicílio					Média de Moradores	
	Apartamento	Casa	Casa de Vila ou em Condomínio	HABITAÇÃO EM CASA DE CÔMODO, CORTIÇO OU CABEÇA DE PORCO	Alugado	Cedido	Próprio	Outra Condição	1 Morador	2 Moradores	3 ou mais moradores
Município Quantidade	783	21.250	82	9	4.103	1.968	15.923	130	2.252	4.329	15.543

1.1.6. Domicílios particulares permanentes, por classe de rendimento nominal mensal domiciliar per capita

Divisão Administrativa	Classe de rendimento nominal mensal domiciliar per capita (salário mínimo)							
	Até ¼	Mais de ¼ a ½	Mais de ½ a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2 a 3	Mais de 3 a 5	Mais de 5	Sem rendimento
Município Total Quantidade	5.594	3.185	5.570	6.703	1.284	1.054	938	

Fonte: IBGE 2014

INDICADORES DE DIAGNÓSTICO MUNICIPAL DA PRIMEIRA INFANCIA:

INDICADOR PROTEÇÃO SOCIAL

		Total (Quantidade/Porcentagem)
INDICADORES DE DIAGNÓSTICO MUNICIPAL DA PRIMEIRA INFANCIA <u>Indicador Proteção Social</u>	Número de núcleos do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos (SCFV) para crianças de 0 a 6 anos	18 Grupos de 3 a 6 anos
	Número de crianças de 0 a 6 anos inseridas nos SCFV	198 Grupos (idade 3 a 6 anos)
	Número de grupos de gestantes acompanhadas pelo serviço de proteção e atendimento integral à família (PAIF).	54
	Número de crianças até 6 anos acompanhadas pelo serviço de proteção e atendimento especializado a famílias e indivíduos.	Sem dados
	Quantidade de crianças de até 6 anos recebendo benefício de prestação continuada em relação ao total de crianças residentes no município.	Sem dados
	Número de famílias inseridas no programa bolsa família	13.151 famílias
	Número de crianças até 6 anos inseridas no programa bolsa família -	5.542 – Maio 2023
	Número de crianças até 6 anos inseridas no CadÚnico /	6.296 – Maio 2023
	Número de benefícios eventuais (auxílio natalidade) concedidos	40 auxílio natalidade
	O município possui programas de visitas domiciliares? Ex: Criança Feliz, PADIN e outros	Sim
	Número de crianças menores de 5 anos deixadas aos cuidados de outra criança com menos de 10 anos de idade	Sem dados
	Número de cuidadores de crianças menores de 5 anos que receberam informações sobre o desenvolvimento da criança via serviço de saúde, serviço de educação, serviço social ou outros no município	600 (acompanhadas pelo PCF)
Indicador Proteção social especial (média complexidade)	Número de gestantes acompanhadas pelo serviço de proteção e atendimento especializado a famílias e indivíduos	Sem dados
	Número de ações de prevenções contra todos os tipos de violência relacionadas à primeira infância realizadas	Sem dados

Fonte: Secretaria municipal de assistência social 2023

INDICADORES DE DIAGNÓSTICO MUNICIPAL DA PRIMEIRA INFANCIA EDUCAÇÃO INFANTIL

		Pública	Privada
INDICADORES DE DIAGNÓSTICO MUNICIPAL DA PRIMEIRA INFANCIA <u>Educação Infantil</u>	Número de creches e estabelecimentos com creches	4	14
		Total (Quantidade/Porcentagem)	
	Número de matrículas de crianças até 3 anos na modalidade creche	1.190	
	Número de matrículas de crianças de 4 e 5 anos e 11 meses na educação infantil. PRÉ-ESCOLA	1.857	
	Números de centros de educação infantil	12	
	Números de escolas de educação infantil	35	
	A Secretaria Municipal de Educação está de acordo com as competências gerais da BNCC (Base Nacional Comum Curricular)	SIM	
	O município possui proposta curricular da educação infantil	SERGUIMOS A DO ESTADO (DCRC)	
	Números de professores da educação infantil	176	
	Número de alunos por docentes em creche	15	
	Número de alunos por docentes em pré - escola	25	
	Docentes com curso superior em creches	107	
	Docentes com curso superior em pré - escola	128	
	Quantidade de instituições de educação infantil com ofertas diária de merenda	33	
	Número de instituições de educação infantil de atendimento integral para crianças de 0 a 3 anos e 11 meses - Creche	05	
	Número de instituições de educação infantil de atendimento integral para crianças de 4 a 5 anos e 11 meses	04	
	Número de alunos até 5 anos e 11 meses com necessidades educacionais especiais inseridos na educação infantil	258	
	Número de alunos até 5 anos e 11 meses inseridos em programa de atendimento especializado para crianças com necessidades educacionais especiais	190	
	Número de salas do AEE	26	
	Número de docentes que possuem especialização em AEE	46	
	Número de crianças até 6 anos que utilizam transporte escolar	20	
	Quantidade de instituições de educação infantil que tem representação de pais de alunos no conselho escolar	33	
	Número total de recursos educacionais (biblioteca/sala de estudo, parque infantil e sanitário infantil) em creches no município	37	

	Número de recursos educacionais (biblioteca/sala de estudo, parque infantil e sanitário infantil) em pré - escola no município	37
	Quantidade de instituições de educação infantil que contemplam em seus projetos pedagógicos temáticas desenvolvem atividades de educação ambiental	12
	Quantidade de instituições de educação infantil que contemplam em suas propostas pedagógicas, currículos e materiais didáticos referentes a diversidades étnicas-racial com vista a promoção da igualdade	35

QUANTIDADE DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL	175
QUANTIDADE DE PROFESSORES COM CRIANÇAS BEM PEQUENAS	47
QUANTIDADE DE PROFESSORES COM CRIANÇAS PEQUENAS;	68
QANTIDADE DE PROFESSORES P2	60
QUANTIDADE DE GESTORES	19
QUANTIDADE DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL	3.047
MATRÍCULA DE CRIANÇAS BEM PEQUENAS	1.190
MATRÍCULA DE CRIANÇAS PEQUENAS	1.857
ESCOLA DE ENSINO FUNDAMNETAL QUE OFERTA EDUCAÇÃO INFANTIL	14
QUANTIDADE DE CRECHES	04
QUANTIDADE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL – CEI	15
QUANTIDADE DE ESCOLAS - EI	33
QUANTIDADE DE INSTITUIÇÕES DE ATENDIMENTO INTEGRAL- CRIANÇAS BEM PEQUENAS	05
QUANTIDADE DE INSTITUIÇÕES DE ATENDIMENTO INTEGRAL- CRIANÇAS PEQUENAS	04
QUANTIDADE INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL QUE CONTEMPLAM EM SUAS PROPOSTAS PEDAGÓGICAS, CURRICULARES MATERIAIS DIDÁTICOS REFERENTES A DIVERSIDADES ÉTNICAS-RACIAIS COM VISTA A PROMOÇÃO DA IGUALDADE	33

AS CRECHES E CEI DO MUNICÍPIO DISPONIBILIZAM TEMPO AO AR LIVRE PARA AS CRIANÇAS?	SIM
TURMAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL QUE DISPÕEM DE BRINQUEDOS E JOGOS EXPRESSIVOS DA DIVERSIDADE ÉTNICO RACIAL	27
EXISTEM PROJETOS VOLTADOS PARA A CULTURA E SUSTENTABILIDADE	2
ESCOLAS QUE POSSUEM HORTAS	2
ESCOLAS QUE CONTEMPLAM EM SEUS PROJETOS PEDAGÓGICOS TEMÁTICAS QUE DESENVOLVAM ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL.	12
FORMAÇÕES CONTINUADAS PARA O PÚBLICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	MAIS INFÂNCIA
PROJETOS DESENVOLVIDOS PELA SME	CONEXÃO KIDS QX

Fonte: Secretaria municipal de Educação 2023

OUTROS INDICADORES: ESPAÇOS DE LAZER, ESPAÇO - CIDADE E MEIO AMBIENTE, ESTABELECIMENTOS COM PRODUTOS DE CONSUMO INFANTIL; COBERTURA ELÉTRICA E DE INTERNET; TIPO DE MORADIA E OUTROS

		Total (Quantidade/Porcentagem)
INDICADORES DE DIAGNÓSTICO MUNICIPAL DA PRIMEIRA INFÂNCIA: <u>Em relação ao lazer</u>	Número de espaços de lazer disponíveis para a primeira infância por localização - Parques infantis	1
	Número de espaços de lazer disponíveis para a primeira infância por localização - Brinquedotecas	1
	Número de espaços de lazer temporariamente disponibilizados no ano anterior para crianças de 0 a 6 anos (circos, parques de diversão e outros)	1 CIRCO, 1 PARQUE DE DIVERSÃO E 1 CIDADE DA CRIANÇA

		Total (Quantidade/Porcentagem)
INDICADORES DE DIAGNÓSTICO MUNICIPAL DA PRIMEIRA INFÂNCIA: <u>Em relação ao consumo</u>	Comércio de produtos alimentícios para crianças até 6 anos (sorveterias, yogurterias, lojas de doces e balas, pontos de comércio de alimentos destinados a nutrição infantil)	SIM
	Comércio de artigos mobiliários (lojas de móveis para crianças)	SIM
	Comércio de artigos de cama, mesa e banho e/ou vestuário	SIM
	Comércio de brinquedos, filmes e jogos infantis (Locadoras, lojas de brinquedos)	SIM

		Total (Quantidade/Porcentagem)
INDICADORES DE DIAGNÓSTICO MUNICIPAL DA PRIMEIRA INFÂNCIA: <u>Em relação à criança, o espaço, a cidade e o meio ambiente</u>	Índice de atendimento urbano de água com rede de abastecimento	*
	Índice de atendimento urbano de energia elétrica com rede de abastecimento - (Índice de consumo de energia elétrica)	*
	Quantidade de domicílios com disposição final ambientalmente adequada Dos resíduos sólidos urbanos	*
	O município decretou situação de emergência ou calamidade nos últimos 5 anos? Em caso afirmativo, o motivo	*
	Número de pessoas atingidas por desastres ambientais nos últimos 12 meses	*
	O município possui plano de ocupação e uso do espaço público	*
	Os planos existentes contemplam espaços públicos planejados para serem utilizados especificamente por crianças na primeira infância?	*
	O município prioriza a inclusão de famílias com crianças até 6 anos nas ações voltadas à melhoria das condições de moradia?	*
	O município possui cobertura de internet móvel?	*
	Nº de aglomerados subnormais	*
	População residente em domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais	*

		Total (Quantidade/Porcentagem)
INDICADORES DE DIAGNÓSTICO MUNICIPAL DA PRIMEIRA INFÂNCIA: <u>Em relação às ações de intersetoriais e de articulação</u>	O município participa da Rede Estadual pela Primeira Infância (REPI) ou da Rede Nacional pela Primeira Infância (RNPI)?	SIM
	O município desenvolve ações de educação ambiental voltados à primeira infância?	SIM
	O município desenvolve ações de prevenção à violência na primeira infância?	SIM
	O município desenvolve estudos e pesquisas na área da primeira infância?	SIM
	A formação de profissionais de saúde, educação, e assistência social incorpora a temática da primeira infância?	SIM
	Existem leis municipais direcionadas à na primeira infância? Ex: Lei que institui a semana do bebê.	SIM
	O município desenvolve campanhas relacionadas à exposição indevida de crianças na mídia	SIM

	O município já realizou a semana do bebê	SIM
	Porcentagem de arborização de vias públicas	SIM
	Há algum projeto ou programa que incentive o acesso das crianças e suas famílias as áreas verdes urbanas?	SIM
	Há alguma feira de troca que ocorre regularmente no município?	SIM
	Há alguma feira de produtos orgânicos ou outros produtos produzidos localmente que ocorra regularmente no município?	SIM
	Há algum incentivo para a produção de alimentos?	SIM
	Existe algum transporte público que leve as crianças e famílias até as áreas verdes da cidade ou unidades de conservação mais próximas?	SIM
	Qual a qualidade das águas que são visíveis na cidade e qual o acesso que temos a elas e aos rios da cidade?	SIM
	Há penalidade e fiscalização para garantir a prioridade e segurança do pedestre?	SIM

SITUAÇÃO DE OFERTA DE SERVIÇOS/ POLÍTICAS/PROGRAMAS/ PROJETOS PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA NO MUNICÍPIO

Marcar os órgãos de defesa e controle social relacionados à primeira infância existentes no município

	SIM	NÃO
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	X	
Conselho Tutelar	X	
Promotoria de Justiça	X	
Defensoria Pública	X	
Vara da Infância	X	
Polícias Civil e Militar	X	
Ouvidorias		X
Entidades de defesa de direitos humanos	X	
Delegacia da Criança e Adolescente		X
Outros?	X	
Se outros quais?	CRAS, CREAS ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL A CRIANÇA E ADOLESCENTE	

Fonte: Secretaria municipal de assistência social 2023

INDICADORES DE SAÚDE: (Conforme instruções de preenchimento o período de referência das informações será sempre o ano anterior ao do preenchimento ou o mais atual possível)

Crianças com Saúde	Total (Quantidade/Porcentagem)
Quantidade/Porcentagem de gestantes com início do pré-natal no 1º trimestre de gravidez	Sem dados
Quantidade de gestantes com 7 ou mais consultas pré-natal - Segundo município de residência	147 (2023)
Número de casos confirmados de sífilis congênita em menores de 5 anos	10,10%
Quantidade/Porcentagem de gestantes que realizaram o Teste Anti-Hiv e obtiveram resultados antes do parto	94% (2023)
Quantidade/Porcentagem de gestantes Vacinadas com tétano Neonatal	1.055 até agosto pelo PEC
Quantidade de gestantes com idades entre 10 e 19 anos - Segundo município de residência /	75 (2023)
Número de gestantes com sintomas de depressão ou vítima de violência acompanhadas em serviços especializados	Sem dados
Em relação à gestação, parto e puerpério	Total (Quantidade/Porcentagem)
Número de unidades de saúde com oferta de serviços obstétrico no município - Total	1
Total de partos naturais do total de partos registrados no município - Segundo município de residência	501
Total de partos cesáreos - Segundo município de residência	779
Número de partos domiciliares registrados	0
Número de atendimento de puericultura registrados	3.717 (2023)
Quantidade de gestantes com acompanhante antes e durante o trabalho de parto e pós-parto	502 (2023)
Quantidade de puérperas que tiveram acesso ao alojamento conjunto com o recém-nascido, conforme a lei 1.108/2005	502 (2023)
Mortalidade Materna	Total (Quantidade/Porcentagem)
Mortalidade Materna Por Faixa etária - 10 a 14 anos	1
Mortalidade Materna Por Faixa etária - 15 a 19 anos	0
Mortalidade Materna Por Faixa etária - 20 a 29 anos	0
Mortalidade Materna Por Faixa etária - 30 a 39 anos	1

Em relação à criança até 6 anos	Total (Quantidade/Porcentagem)
Quantidade/Porcentagem de óbitos neonatais do total de nascidos vivos - Segundo município de residência	5,60%
Taxa de mortalidade infantil	7,7% (2018)
Número de óbitos evitáveis em menores de 5 anos - Segundo município de residência	
Quantidade/Porcentagem de crianças até 4 meses com aleitamento materno exclusivo	225
Quantidade /Porcentagem de crianças menores de 1 ano com vacina pentavalente	685 Julho (2023)
Quantidade/Porcentagem de crianças menores de 1 ano com vacina Hepatite B	338 Maio (2023)
Quantidade/Porcentagem dos nascidos vivos que realizaram a triagem neonatal	696 (2023)
Total de crianças menores de 2 anos desnutridos	Sem dados
Crianças menores de 5 anos com pelo menos 1 registro sobre consumo alimentar no SISVAN.	Sem dados
Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil - O município ter pelo menos uma unidade certificada.	Sem dados
Crianças menores de 5 anos com pelo menos 1 registro de estado nutricional do SISVAN.	Sem dados
Quantidade de crianças até 6 anos com obesidade infantil	41 (2023)
Quantidade de crianças até 6 anos com diabetes	16 (2023)
Quantidade/Porcentagem de crianças com até 6 anos com deficiência auditiva	09 (2023)
Quantidade/Porcentagem de crianças até 6 anos com deficiência visual	10 (2023)
Quantidade/Porcentagem de crianças com até 6 anos com deficiência motora	19 (2023)
Quantidade /Porcentagem de crianças com deficiência mental	126 (2023)
Quantidade de crianças até 6 anos com deficiência acompanhadas em serviços especializados no município	126 (2023)
Quantidade de crianças no município com microcefalia relacionada a Zika congênita	0
Gestão do serviço de saúde	Total (Quantidade/Porcentagem)
Número de equipes de Saúde da Família	25
Taxa de cobertura do PSF (número de famílias cadastradas no PSF)	65%
Quantidade / Porcentagem de crianças com caderneta de saúde em acompanhamento pelas equipes de saúde.	50%

Quantidade/PORCENTAGEM de unidades da saúde que disponibilizam a caderneta de saúde da criança.	25 uni
Campanhas, programas ou ações realizadas no ano em curso de incentivo ao pré-natal	6 vezes ao ano
Campanhas, programas ou ações realizadas no ano em curso de incentivo ao parto natural	12 vezes ao ano
Campanhas, programas ou ações realizadas no ano em curso de incentivo ao aleitamento materno	12 vezes ao ano
Campanhas, programas ou ações realizadas no ano em curso visando a redução da mortalidade materna	24 reuniões anuais do comitê
Campanhas, programas ou ações realizadas no ano em curso visando a redução da mortalidade infantil	24 reuniões anuais do comitê
Campanhas, programas ou ações realizadas no ano em curso visando a redução da desnutrição infantil	pse anual
Campanhas, programas ou ações realizadas no ano em curso visando a redução da obesidade infantil	pse anual
Campanhas, programas ou ações realizadas no ano em curso de preparação de pais visando a paternidade/maternidade responsável	4.000 pacientes
Campanhas, programas ou ações realizadas no ano em curso de promoção de ações de saúde auditiva na primeira infância	80%
Campanhas, programas ou ações realizadas no ano em curso de promoção de ações de saúde ocular na primeira infância	80%
Campanhas, programas ou ações realizadas no ano em curso de promoção de ações de saúde bucal na primeira infância	80%
Campanhas, programas ou ações realizadas no ano em curso de atenção a saúde mental na primeira infância	100%
Outras Campanhas, programas ou ações realizadas no ano em curso de incentivo ao pré-natal	80%

Fonte: Secretaria municipal de saúde 2023